



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO,
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**



AGNELO PINTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL E SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM BOLAMA-
BIJAGÓS/GUINÉ-BISSAU.**

Goiânia

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

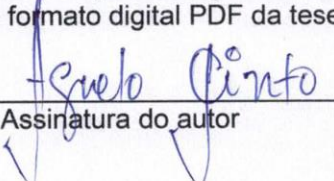
Nome completo do autor: Agnelo Pinto

Título do trabalho:

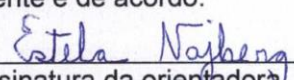
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do autor

Ciente e de acordo:


Assinatura da orientadora

Data: 28 / 05 / 2018

Agnelo Pinto

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
E SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM BOLAMA-BIJAGÓS/GUINÉ-BISSAU.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Administração da Universidade Federal de Goiás
como requisito para obtenção do título de Mestre
em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estela Najberg

GOIANIA - GO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pinto, Agnelo

Políticas Públicas de Promoção Turística e Desenvolvimento Local e
Sustentável: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné-Bissau.

[manuscrito] / Agnelo Pinto. - 2018.

CIII, 103 f.

Orientador: Prof. Estela Najberg.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Administração,
Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Turismo Políticas públicas, desenvolvimento Local,
sustentabilidade, Bolama-Bijagós.. I. Najberg, Estela , orient. II. Título.

CDU 005



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

Aos 16 dias do mês de maio de 2018, no horário de 16 horas e 00 minutos às 18 horas e 00 minutos, foi realizada, em sessão pública, na sala 2110 da FACE a defesa de dissertação *Políticas Públicas de promoção turística e desenvolvimento local e sustentável: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné-Bissau*, de autoria do discente Agnelo Pinto, do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGADM da Universidade Federal de Goiás.

A Comissão Examinadora, constituída pela Professora Estela Najberg, da Universidade Federal de Goiás (UFG) (Membro Interno/Orientadora), pela Professora Daniela Rosim, da Universidade Federal de Goiás (UFG) (Membro Interno/Examinadora) e pela Professora Andréa Freire de Lucena, da Universidade Federal de Goiás (UFG/Membro Externo) emitiu o seguinte parecer:

Resultado Final:

- ☒ Aprovado
☐ Reprovado

Recomendações:

Segue as recomendações / sugestões dos avaliadores da banca

Eu, Estela Najberg, orientadora do discente, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Estela Najberg

Profa. Dra. Estela Najberg (Orientadora/Presidente/PPGADM/UFG)

Daniela Rosim

Profa. Dra. Daniela Rosim (Examinadora/ Membro Interno/UFG)

Andréa Freire de Lucena

Profa. Dra. Andréa Freire de Lucena (Examinadora/Membro Externo/UFG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos concedidas à mim, Aos meus pais, Luís Pinto e Segunda Mendes, pelo apoio incondicional. Aos meus irmãos, Flavio, Gelson, Isabel, Maria, Maruca , Nuna, Neusa, Rufino e Ramiro; vocês são minha identidade e raiz, aos amigos pela compreensão, minha imensa gratidão a Professora Doutora Estela Najberg, que mais que uma orientadora, foi uma amiga durante todos esses dois anos de pós-graduação. Meu profundo respeito e agradecimento aos especialistas que responderam aos questionários e entrevistas e contribuíram de forma enriquecedora a essa pesquisa. Ao PPGA-DM/UFG, em especial ao Gilson por todo apoio institucional. Aos professores e colegas de mestrado, muito obrigada pelas trocas e incentivos. A Professora Doutora Estela Najberg por ser uma inspiração pessoal e profissional, ao Professor Vicente Rocha, pelo apoio e oportunidade a minha namorada, Gisela Sami, por ter dividido o custo de oportunidade comigo, na minha ausência conseguiu superar obstáculos e cuidar do meu filho, Giovanny. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/CNPQ, pelo fomento disponibilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

Qualquer condição, de desenvolvimento econômico requer um trabalho de planejamento consolidado para que atinja o objetivo prescrito. A atividade do turismo é patenteada hoje como um setor capaz de promover a aceleração econômica e o progresso nas áreas sociais, culturais e ambientais. No entanto, a opção pelo desenvolvimento e regulação através do turismo é especialmente complexa, além de ser uma atividade multissetorial, traz junto ao seu desenvolvimento, diversos impactos positivos e negativos, necessitando assim, de políticas públicas eficazes, para que se sustente ao longo do tempo o presente estudo avaliou o impacto das políticas públicas de promoção turística para o desenvolvimento local nas comunidades de Bolama Bijagós. Foi realizado um estudo de caso em Bolama-Bijagós, localizado na parte insular da Guiné-Bissau. Na primeira etapa, foi feito levantamento de dados e informações em fontes secundárias, como legislações arquivos e ofícios. Mediante essa técnica foi possível entender a força do setor turístico no âmbito de desenvolvimento econômico, em particular em Bolama-Bijagós. Em seguida, o trabalho de campo efetuou-se pela entrevista semiestruturada, com a participação de vários intervenientes do setor turístico, com a intenção de analisar como a política de promoção do turismo impacta no desenvolvimento local em três aspectos: econômico, social e ambiental. Observou-se que a atividade turística deve ser planejada como uma relação entre os atores sociais das comunidades locais, como uma ferramenta capaz de combater a implantação de um desenvolvimento turístico negativo, ou seja, que não considere as peculiaridades da comunidade local envolvida. O estudo de caso averiguou que os operadores turísticos são os maiores beneficiados pelo turismo nos Bijagós. O estudo sugere maior inclusão das comunidades no processo de desenvolvimento turístico através da consideração dos fatores organizacionais locais. A pesquisa conclui que o turismo influenciou o desenvolvimento nos Bijagós, mas, a falta de participação das comunidades locais nas decisões e formulações da atividade turística, fez com que as ações não atendessem as demandas sociais.

Palavras Chaves: Turismo Políticas públicas, desenvolvimento local, sustentabilidade, Bolama-Bijagós.

ABSTRACT

Any condition of economic development requires a consolidated planning work to achieve the prescribed goal. Tourism activity today is patented as a capable sector to promote a raised economic and a progress in social areas, cultural and environmental. However, the choice for development and regulation through tourism is extremely complex. In addition to being a multisectoral, activity, it brings along with its development, several positive and negative impacts, necessity of effective public policies to sustain itself over time. The present study evaluates the impact of public policies of tourism promotion for local and sustainable development in Bolama-Bijagós. It was realized a study concerning tourism in Bolama-Bijagós, a city located in the insular part of Guinea-Bissau. A collection of data and information was firstly done in secondary sources, such as laws, archives and trades. Through this technique it was possible to understand the strength of tourist sector in the scope of economic development, particularly in Bolama-Bijagós. Afterwards, the work of field was carried out through the semi-structured interview, with the participation of several stakeholders in the tourism sector, with the intention of analyzing how the political of tourism promotion impacts local development in three aspects: economic, social and environmental. It was observed that the tourist activity should be planned as a relationship between the social actors of the local communities, as a capable tool to combat the implantation of negative tourism of development, or the one that does not consider the peculiarities of the local involved community. The study of tourism found that tour operators are the biggest gainers of tourism in Bijagos Island. The study suggests greater inclusion of communities in the process of tourism development through consideration of local organizational factors. The research concludes that tourism influenced development on this island, but the lack of participation of the local communities in the decisions and formulations of the action of tourist activity did not attend the social needs.

Key words: Tourism Publics politics, local development, sustainability, Bolama-Bijagós.

Lista de Figuras

Figura 1- Ciclo de políticas públicas -----	25
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de turismo-----	31
Quadro 2 - Dimensões de sustentabilidade-----	31
Quadro 3 - Impactos econômicos do turismo -----	40
Quadro 4 - Impactos sociais do turismo -----	42
Quadro 5 - Impactos ambientais do turismo -----	44
Quadro 6 - Potencial turístico por zonas -----	62
Quadro 7 - Avaliação dos impactos econômicos -----	63
Quadro 8 - Avaliação dos impactos sociais -----	67
Quadro 9 - Avaliação dos impactos ambientais -----	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro dos Entrevistados -----	48
Tabela 2 – <i>Survey</i> de experiência -----	48

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MITUR	Ministério do turismo
OMT	Organização mundial de turismo
ODM	Organização Desenvolvimento do Milênio
CAIA	Célula de Avaliação de Impacto ambiental
CEDEAO	Comunidade Econômica dos estados da África Ocidental
DENARP	Documento Estratégico Nacional Para a Redução de Pobreza
DLS -	Desenvolvimento local Sustentável
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
GB	Guiné-Bissau
IBAP	Instituto de Biodiversidades de Áreas Protegidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEC	Instituto de Estatista e Censo
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas
MITUR	Ministério do Turismo
IBAP	Instituto de Biodiversidade de Áreas Protegidas
OMT	Organização mundial de turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
UEMOA	União Econômica Monetária dos Estados de oeste da África
UNWTO	World Tourism Organization
UICN	International Union for Conservation of Nature
AOTG	Associação de operadores Turísticos da Guiné-Bissau

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 .Turismo como atividade econômica	17
2.2. Políticas públicas	23
2.3. Políticas públicas do turismo	28
2.4. Turismo e desenvolvimento local sustentável	30
2.4.1. Sustentabilidade	32
2.4.2. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)	33
2.3.4. Turismo e Desenvolvimento Local	33
2.4.4. Impactos do turismo	39
2.4.5. Impactos econômicos	39
2.4.6. Impactos sociais	41
2.5. Impactos ambientais	42
3. METODOLOGIA	44
3.1. Delineamento da pesquisa	45
3.2. Método e técnicas de coleta de dados	46
3.3. Tratamentos e Análise de Dados	49
3.4. Contexto da Pesquisa	50
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
4.1. Turismos na Guiné Bissau	51
4.2. Ministério do Turismo: Estratégias e política pública em curso para desenvolvimento do sector do Turismo	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6. REFERENCIAS	80
7. APÊNDICES	86
Apêndice A. Survey de experiência	86
Apêndice B Roteiro das questões com a INEP/CAIA	87
Apêndice C Roteiro das questões com A IBAP	87

Apêndice D Instituição que disponibilizaram documentos-----	88
Apêndice E Questionários -----	89
Apêndice F Portos de Bolama Bijagós -----	91
Apêndice G Tarrafe nos Bijagós-----	92
Apêndice H Canoas pequenas embarcações da pesca artesanal nos Bijagós-----	93
Apêndice I Pratica da pesca desportiva nos Bijagós -----	94
8. ANEXOS -----	96
Anexo 1- Mapa da Guiné-Bissau-----	96
Anexo 2- Mapa de Bolama Bijagós-----	96
Anexo 3- Imagens aéreas de Bolama Bijagós-----	97
Anexo 4-Mapas de áreas protegidas -----	98
Anexo 5- Parque de Orango –Hipopótamos raros -----	99
Anexo 6-Organograma do Ministério do turismo-----	100

1. INTRODUÇÃO

O turismo constitui uma oportunidade de aumento das receitas, não somente para os países, mas, também, para a população local. Por isso os esforços desempenhados no sentido de estruturar e promover essa atividade se constituiu em perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para todos. A Organização Mundial de Turismo; classificou como uma das atividades mercadológicas com maior índice de crescimento, que o levou a uma maior preocupação com o setor, por parte do poder público, que passou a fomentar políticas de regulamentação de incentivo a atividade turística, (OMT 2001).

No âmbito mundial, segundo OMT o ano de 2016 foi o sétimo ano seguido de crescimento do segmento, após a crise financeira global de 2009, teve um crescimento de 4 % em comparação ao mesmo período em 2015, superando as estimativas da Organização Mundial do Turismo, (UNWTO); diante desse ambiente favorável para o setor, estima-se que foram gerados em receitas do turismo internacional US\$ 2,345 bilhões de dólares em 2015. Somando-se com as receitas de exportação geradas por meio do turismo internacional de passageiros e serviços de transporte, as receitas chegaram a US\$1,5 trilhão de dólares, ou US\$ 4 bilhões por dia, média, em 2014 (UNWTO, 2016).

A última pesquisa do Painel de Peritos da (OMT 2016), evidencia otimismo quanto ao turismo em 2017. Cerca de 60% de um total de 300 entrevistados, esperam resultados melhores do que ano passado, a organização projeta crescimento de 3% a 4% nas chegadas internacionais, em todo mundo, com destaque para as regiões da África e Pacífico (5% a 6%), das Américas (de 4% a 5%) e da Europa (de 2% a 3%).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou no final do ano 2016, a adoção de 2017 como Ano Internacional do Turismo Sustentável, para o Desenvolvimento. A resolução reconhece “A Importância do Turismo Internacional” e em particular, a designação de um ano internacional de turismo sustentável, para o desenvolvimento e promover uma melhor compreensão entre os povos, em todo o mundo, levando a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas civilizações (UNWTO 2017). A data também busca promover uma melhor apreciação

dos valores inerentes às diferentes culturas, contribuindo assim, para o fortalecimento da paz no mundo.

A declaração pela ONU, de 2017 como Ano Internacional do Turismo Sustentável, para o Desenvolvimento é uma oportunidade única para fazer avançar a contribuição do setor do turismo para os três pilares da sustentabilidade econômica, social e ambiental; aumentando a consciência sobre um setor que é frequentemente subestimado, disse o Secretário Geral da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (OMT). A decisão segue o reconhecimento dos líderes globais, na Conferência das Nações Unidas, sobre Desenvolvimento Sustentável, (Rio+20) de que um turismo bem concebido e bem gerido pode contribuir para as três dimensões do desenvolvimento sustentável, para a criação de empregos e para o comércio.

Segundo o relatório África Tourism Monitor de 2015, o continente africano, também revelou um vasto e diversificado potencial natural, vulgarmente considerado como exotismo das paisagens tropicais, vegetação diferenciada em função das regiões mais frequentemente marcada pela densidade, e fauna abundante com traços de endemismo e espécies a sofrer ameaças de estabilidade. O potencial turístico dos meios naturais africanos ainda preservados é de grande importância, começa a despertar curiosidade e a escolha, o interesse é crescente, segundo a demanda de procura internacional (OMT, 2016).

Em geral, o turismo tem adquirido uma importância crescente, sendo definido como: potencial dinamizador da economia, facilitador da modernização das infraestruturas, promotor da requalificação da mão-de-obra e veículo de criação de novos postos de trabalho. Por um lado, por permitir gerar receitas, idealmente retida nos países receptores, e contribui para estimular o desenvolvimento de outros setores de atividade econômica, através do efeito de difusão, tais como: o agropecuário, as pescas, a indústria, o comércio e os serviços o artesanato e a animação sociocultural (BRITO 2004).

Este também é um fenómeno económico-social contemporâneo que requer uma consciência e interesse de estudos, sobre seus impactos na sociedade em geral e em outros setores de atividade. É comum considerar que a aposta no setor do turismo e das viagens é estratégica para o desenvolvimento, sobretudo das regiões mais vulneráveis,

porque contribui para uma revalorização múltipla, socioeconômica, cultural e ambiental. Permitindo assim, abrir nova realidade e uma combinação de persuasão, regulação e planejamento centralizado, na tomada de decisões é necessária, fazendo com que, o papel do Estado seja mais decisivo e fundamental (FERREIRA, 2008). Assim chamado um palco da história, assumindo o desafio exigente de promover o desenvolvimento sustentável local, com estratégias atentas às incertezas e a satisfação dos pressupostos de desenvolvimento sustentável.

O setor representa hoje, uma alternativa na economia. O desenvolvimento sustentável das comunidades locais, tornou-se centro de interesses de governos, da sociedade e dos empresários, possibilitando diversas oportunidades de geração de empregos, melhoria de vida e novas ofertas de negócios (OMT, 2001). Isso acontece pelo fato de o turismo envolver várias atividades econômicas, como as oficinas de artesanato, o comércio, os restaurantes, as pousadas, as construções civis entre outras.

Nesta perspectiva, o planejamento deve se constituir uma ferramenta imprescindível para administrações públicas, que apostam no incremento do turismo através do desenvolvimento sustentável, na intervenção de diferentes níveis da administração pública e, principalmente, da necessidade de integração do planejamento turístico com outros instrumentos de organização do território.

Tosun (1998) constatou que os fatores que impulsionam desenvolvimento local e sustentável, baseado no turismo estão além dos controles das pessoas e autoridades locais. Para o autor, grande parte deste controle está relacionada às questões de nível nacional, como a política econômica, prevalecendo o planejamento nacional e as abordagens aplicadas entre as decisões políticas e operadoras turísticas internacionais, muitas das vezes de caráter clientelista.

O estudo das políticas públicas de turismo tem ampliado sua importância, devido ao crescimento da atividade nos países em virtude de motivações diversas e tem sido divulgado como uma alternativa para desenvolver economicamente e socialmente as localidades, no entanto, esse desenvolvimento pode não ocorrer e não é difícil encontrar casos de crescimento turístico que também foram geradores de irreversíveis problemas ambientais e aumento da concentração de renda.

As políticas públicas estabelecem diretrizes orientadoras através do planejamento, de estratégias, identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos, para tanto, deve haver a participação dos diversos atores envolvidos com a atividade turística. Castro (2004, p.09).

Para que haja o fortalecimento da atividade turística deve-se entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do estado. Beni (2003, p.101).

Para Ruschmann ((2001, p. 69)) Afirma que:

A atividade de turismo, apesar de sua característica fortemente relacionada com o espaço físico (território) e ao espaço abstrato (interação dos atores sociais locais), tem grande relação com a preservação da natureza, uma vez que esta deve ser utilizada sem ser destruída. [...]. A harmonização do turismo com o ambiente é uma mudança na forma de pensar, uma inovação conceitual para superar uma contradição que facilmente acontece entre o turismo destrutivo e a proteção de um turismo que deve ser preservado.

A escolha do tema turismo, não foi alheia ao fato de existir uma percepção, nacional e internacional, quanto às potencialidades do turismo e ao peso que o mesmo pode ter na economia nacional, enquanto parte fundamental do setor estratégico para o desenvolvimento de forma sustentada da Guiné-Bissau. Segundo Instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas, Instituto de Biodiversidade de Áreas Protegidas¹ - IBAP (2015), o turismo Guineense encontra-se num estágio embrionário, com a sua revitalização promovida pela estabilidade política, que se vive com fim da guerra civil, 1998.

Contudo, já se pode considerar realidade vários focos do desenvolvimento turístico como de Bolama Bijagós, o que justifica o interesse do governo nacional no desenvolvimento integrado de esforços para o crescimento desta atividade econômica, que se revela importante na redução de pobreza absoluta, o que Cooper (2007), chama do efeito multiplicador, e isso passa por investimento de planejamento do setor, envolvendo políticas públicas de desenvolvimento.

¹ Instituto de Biodiversidade de áreas protegidas foi criado para promover e salvaguardar dos ecossistemas temas da biodiversidade assim como, para criação e gestão das áreas protegidas e favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa e financeira e patrimonial. Sua atividade se concentra no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da Biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável.

A Guiné-Bissau é um país com características fiscais e culturais que estimulam o turismo. Tais atributos são entendidos como uma oportunidade de alcançar melhorias econômicas e sociais, principalmente nas áreas mais distantes das regiões urbanizadas, além de gerar trabalho e renda de maneira descentralizada e participativa. A necessidade de levar à prática um programa de desenvolvimento local, requer a construção de certa política de parcerias entre a população local e o estado.

Após o conflito político militar de 1998 e o golpe do estado em 2012, o governo tenta adotar o turismo como um meio desenvolvimento não somente no âmbito da estratégia do crescimento econômico mas, também, como uma ferramenta para criar uma imagem favorável na plataforma internacional aplicando imediatamente uma política externa, orientada para o desenvolvimento econômico, embora a onda de instabilidade política que o país vem enfrentando não tem contribuído para fortalecimento de projetos elaborados neste setor.

As pesquisas a serem condensadas nesse trabalho, pode contribuir significativamente para o enriquecimento do conhecimento técnico em política e administração pública no segmento do turismo, assunto de imensa importância e pouco pesquisado na Guiné-Bissau. Para os gestores públicos e a população local, este trabalho será um alicerce para analisar as consequências das políticas públicas no desenvolvimento local, melhorando assim, as várias ações que vêm sendo desenvolvidas pelos governos no âmbito de alargamento dos benefícios desta atividade para as comunidades locais.

A utilização para fins turísticos desse litoral Guineense Bolama Bijagós, deu-se com maior intensidade pela procura das praias, tanto pelas visitas periódicas, como para instalação das segundas residências a partir da década de 1980, impulsionando a abertura de estradas e estimulando consequentemente a procura por essas áreas, surgindo dessa forma, os pequenos comércios, dentre eles as pousadas, restaurantes, bares e barracas de praia Ministério do Turismo (MITUR, 2013). Com o aumento da demanda de visitantes, mais precisamente nas décadas de 2009 a 2014, verificou-se uma concentrada atividade de especulação imobiliária nas áreas litorâneas e contribuiu de forma decisiva para o processo de crescimento desordenado dessas comunidades (MITUR, 2015).

Tendo em conta, a publicação da Agenda 21, adotada no ECO 92 no Rio de Janeiro/Brasil, que constitui o principal referencial para os governos e iniciativa privada no que tange ao desenvolvimento econômico em bases sustentáveis, neste âmbito o Governo da Guiné Bissau, na perspectiva de alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) considera o desenvolvimento do turismo como uma das ferramentas que pode contribuir para a redução da pobreza e a garantia da sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades locais, no seu Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza (DENARP, 2011), baseando-se nos quatro princípios básicos:

- Respeito às comunidades locais;
- Envolvimento econômico efetivo das comunidades locais;
- Respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente e interação educacional - garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita;
- Gerar consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico.

Neste âmbito quaisquer que sejam as definições adotadas para o ecoturismo responsável ou turismo sustentável, todas consistem no fato que elas se referem a uma viagem consciente em espaços naturais, principalmente nas áreas protegidas, que conservam o ambiente, contribuindo na melhoria do bem-estar das populações locais.

Na Guiné-Bissau, o turismo encontra-se ainda numa fase embrionária, apesar das reivindicações da maioria dos operadores turísticos, que declaram inscrever-se voluntariamente na lógica do ecoturismo, a realidade é bem diferente na maioria dos casos, os modos de intervenção parecem geralmente uma prática que se baseia na vulnerabilidade das comunidades locais e na fraca regulamentação administrativa do setor (DENARP, 2011).

Esta prática é geradora de conflitos, geralmente, entre os investidores e os proprietários tradicionais, com a administração territorial, mas também entre os membros da mesma comunidade, normalmente são investimentos insustentáveis com

fraco benefício tanto a nível local, em termos de emprego ou de renda, como a nível nacional.

Os operadores beneficiam em contrapartida, de um ambiente natural preservado, com condição necessária para o desenvolvimento dos seus negócios, inscrevendo os seus investimentos em curto prazo, com mínimas soluções para a gestão de resíduos ou das águas usadas. Este esquema em geral situa-se consequentemente nos opoentes dos princípios do ecoturismo na medida em que as comunidades locais têm mais a perder do que a ganhar (DENARP, 2011).

Diante disso, que pretendo desenvolver um estudo acerca da indústria do turismo praticado em Bolama Bijagós, região da Guiné-Bissau, tentando levantar questões sobre: Como as políticas públicas de promoção do Turismo impactam no desenvolvimento local sustentável em Bolama Bijagós? Tentando levantar questões sobre a valorização dos impactos econômicos, sociais e ambientais e enfim, conscientizar a população de que o Estado possui abundantes e valiosos recursos naturais, que podem ser explorados ajudando no crescimento tanto nacional e local. De acordo com Dredge (2010) a atribuição do governo deve ser a de proteger e valorizar os interesses públicos, visando o desenvolvimento sustentável e local. O autor complementa dizendo que a função chave do governo deve ser a de proteger e valorizar os interesses públicos, visando o desenvolvimento Sustentável das comunidades.

Acredita-se que, o turismo pode ser a principal ferramenta para alcançar o desenvolvimento local em Bolama Bijagós, trata-se de uma região que convive com grandes problemas sociais, desempregos, altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo entre outras, é uma atividade pela qual a região tem vocação natural, adquire cada maior importância na economia regional. (UICN, 2010).

O propósito deste trabalho tem como o objetivo geral, avaliar o impacto das políticas públicas de promoção turística para o desenvolvimento local e sustentável em Bolama Bijagós. Os objetivos específicos são a): Identificar impacto dessas políticas no âmbito econômico; b) identificar impacto dessas políticas no âmbito social; e) identificar impacto dessas políticas no âmbito ambiental;

Após esta introdução, segue capítulo de fundamentação teórica estruturado nos seguintes tópicos: turismo como atividade econômica, políticas públicas; políticas públicas de turismo e Turismo e desenvolvimento local e sustentável (DLS) posteriormente constrói-se a metodologia, abordando os meios de construção da pesquisa, e a partir desse conteúdo concebe-se a discussão e análise dos resultados seguidos das considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Turismo como atividade econômica

O quadro teórico, busca apresentar o alinhamento entre três seções: primeiramente a discussão sobre turismo como atividade econômica, a segunda parte, aborda mais precisamente políticas públicas e voltadas ao turismo, a terceira parte, aborda turismo de desenvolvimento local e sustentável e seus impactos, em seguida, constrói-se a metodologia, apresentando os meios e a partir desse conteúdo, abre à discussão e análise dos resultados seguidos das considerações finais a construção da pesquisa.

As viagens são importantes para qualquer economia local, regional ou nacional o advento constante de novas pessoas aumenta o consumo e incrementa a necessidade de maior produção de bens, serviços, empregos e consequentemente, a geração de lucros, que leva ao aumento da riqueza pela produção da terra, pela utilização de equipamentos de hospedagem, transporte, alimentação e dos mais diversos serviços (ANDRADE, 2002).

São diversos os tipos: as modalidades, programações e formas de deslocamentos realizados por prazer que despertam algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo nos turistas. Assim como, também são distintas as motivações pelas quais as pessoas se deslocam: descanso, diversão, aprendizado, trabalho, aperfeiçoamento profissional entre muitos outros. Mas, de um modo geral, os turistas pretendem visitar várias atrações – tanto naturais quanto culturais – quantas lhe propiciem o tempo disponível e as facilidades (PIRES, 2001).

Neste primeiro ponto de referencial teórico, apresenta algumas abordagens dos autores, de modo a compreender os setores de viagens tal como Andrade (2002) mostra.

A posteriori, faz-se a ponte entre desenvolvimento local Sustentável e finalmente com as políticas públicas, cabe nesta seção à contextualização histórica, quer do termo bem como da atividade em si, seu processo e algumas considerações conceituais.

Para a conceituação de turismo, faz-se necessária uma retomada histórica do termo; o turismo remonta à civilização egípcia antiga, restringindo-se praticamente ao turismo de negócios e religioso; seguindo essa tendência, os romanos contribuíram para o incremento deste setor com o costume de construção de redes de estradas e a visitação aos parentes e amigos espalhados pelo Império. Entretanto, com o fim do Império Romano houve um retrocesso na expansão turística, devido à instauração de feudos aos quais as atividades religiosas, de lazer e de negócios se restringiam (YOUELI, 2002).

A partir desse momento, o setor turístico vem apresentando, no consolidado, aumento acentuado na demanda, desenvolvendo uma variedade de polos, instalações, atrativos e instituições que se associam a diversas variáveis. Buscando contemplar o maior número possível de clientes reais e potenciais, permitindo que o turismo seja compreendido como um processo de criar e recriar espaços e memórias que compõem o local explorado (NASCIMENTO, et al. 2013).

Coelho e Fernandes (2002) pregam que as atividades turísticas de viagens e turismo são geradoras de trabalho e emprego estima que 100 milhões de pessoas no mundo, principalmente em pequenas empresas, com a criação de 1,5 vezes mais empregos do que em qualquer outro setor industrial.

Assim, sem negar a relevância econômica dessa atividade e seu potencial como difusora de culturas, são importantes promover pesquisas sobre os reflexos efetivos da atividade turística na sociedade, tornando-se necessárias propostas de turismo sustentável, o qual é caracterizado como uma alternativa ao turismo de massa, que, durante anos vem agredindo as paisagens e destruindo os ecossistemas (FADINI et al., 2010). Não obstante, trata-se de um setor que pode produzir impactos negativos em ambientes naturais e culturais das localidades anfitriãs, ambientes esses que são as principais matérias primas do seu produto. Este fato tem feito desta atividade objeto de discussão na cúpula das Nações Unidas, como Rio 92 e Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo 2003.

De acordo com Andrade (2002), como objeto de estudo, o turismo é um fenômeno recente e apesar de uma considerável evolução do seu significado socioeconômico, ainda prevalecem alguns estudiosos que pugnam pela validade significação restritivas, o autor afirma que fazem parte dessas atividades, as viagens em cumprimento de deveres e de piedade, que é um ato devocional baseada na obrigação moral impeditiva de atividades turísticas que se baseiam no lazer e na falta de compromisso, como viagens de empresários nas férias e enfermos nas estâncias hidrotermais etc.

Para Andrade (2002); e Barreto (2003) para efeitos de tipologia do turismo – não é fácil estabelecer viáveis classificações entre os vários tipos de turismo, porque a chamada motivação principal justapõe-se uma as outras.

A palavra turismo e turistas derivam das palavras francesas *tourism* e *tourist*, respectivamente. Essa teoria é clara e unânime entre estudiosos do fenômeno, tanto quanto é o início do turismo como prática social pelos ingleses. Empregando o termo *tour*, usando em intransitivo *make tour* ou mesmo *take a turn* (ANDRADE, 2002). A matriz radical *tour* é do latim, substantivo *tornus* do verbo *tornare*, cujo significado é, giro, volta, viagens ou movimentos para sair e retornar ao local da partida. A própria língua inglesa utilizou o termo *torne* em sua plena acepção até o sec. XII. Atualmente o termo é sinônimo de *tear*, já não tem nada a ver com o turismo BARRETO, (2003).

Ainda segundo o autor, a pré-história do turismo pode se situar na Grécia antiga, quando as pessoas viajavam para ver os jogos olímpicos no sec. VIII. A.C, referindo-se que alguns autores destacam o fenício como protagonistas iniciais por terem inventado a moeda e o comércio. Embora muito diferente no quesito socioeconômico, considerando que, do ponto de vista motivacional, as viagens naquela época tinham os mesmos objetivos que os de hoje, pois entre o séc. II e III a.C. os romanos construíram muitas estradas para que os seus povos viajassem de uma forma até muito mais intensa que na Europa do sec. XVII de tal modo que saiam grandes contingentes para o campo, mar água, termas, templos, e festivais.

Nesta senda e no entendimento da OMT (2016), o turismo compreende as atividades de viagens de pessoas e alojamento em locais fora do seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por lazer, negócios, saúde, cultura,

contato com a natureza e outros motivos. O turismo é inegavelmente um dos setores que mais cresceu nas últimas décadas e em que, pese as várias crises, melhor recuperou no plano mundial segundo revelam os relatórios da Organização Mundial de Turismo.

Já como período pós-reforma, aproximadamente no século XVII, o setor começa a retomar o ritmo de crescimento e se intensifica com a Revolução Industrial, que reduziu as distâncias e promoveu sua difusão para as classes menos abastadas do mundo. Com a Primeira e Segunda Guerra Mundial, esse cenário começa a demonstrar uma relativa alteração nos padrões de vida que influenciaram o desenvolvimento do setor (YOUELI, 2002).

A partir desse momento, o setor turístico vem apresentando, um consolidado, aumento acentuado na demanda, desenvolvendo uma variedade de polos, instalações, atrativos e instituições que se associam a diversas variáveis, buscando contemplar o maior número possível de clientes reais e potenciais, permitindo que o turismo seja compreendido como um processo de criar e recriar espaços e memórias que compõem o local explorado (NASCIMENTO *et al.*, 2013).

A evolução do turismo mundial, está intimamente ligada ao avanço específico de transporte, ferrovias, aquático e aéreo, e nos sistemas de informação, internet. Porém, trata-se de um setor que pode produzir impactos negativos em ambientes naturais e culturais das localidades anfitriã, ambientes esses que são as principais matérias primas do seu produto.

Este fato tem feito desta atividade objeto de discussão na cúpula das Nações Unidas, como Rio 92 e Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo 2003. Cooper (2007) questiona outro aspecto importante sobre o setor, que se relaciona com a sua notável resistência a condições políticas e econômicas adversas, mencionando os atentados de *World Trade Center* nos USA em setembro, atentados a bomba em Bali, como demonstrações da capacidade de o setor se reorganizar e se sublinhar novas lógicas que incluem termos como segurança, proteção, gerenciamento de riscos, crise e recuperação.

Com o tempo esta prática, por meio das estatísticas, mostrou que as realidades são diferentes. Nos finais do séc. XX e início do séc. XXI foram criados vários

conceitos para definir o turismo, tendo a maior parte delas se perdido, por fraqueza de fundamentação. Apesar de maior parte desta produção não ter analisado o significado pleno desse fenômeno, talvez por se dedicarem a estudos encomendados, ainda assim deu sua contribuição, na medida em que tornou o turismo um fenômeno contemporâneo de maior importância para o progresso ANDRADE, (2002).

Andrade (2002, p.38) conceitua a atividade turística como sendo: “O conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento a promoção e a execução de viagens, isto é, são todos os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos, e aos grupos, fora de suas residências habituais”.

A literatura consultada apresenta oito campos nos quais o turismo pode variar, tendo em conta nas motivações, à faixa etária, a nacionalidade, o interesse e modo de viajar dos turistas, amplitude geográfica da viagem sua natureza e organização. Cada um destes campos é pormenorizado e subdivido nos seus principais tipos de turismo, apresentado, conforme o quadro um, abaixo:

Quadro-1 Tipos do turismo

Campo de classificação	Tipos de turismo e suas definições
Nacionalidade turística	- Doméstico – quando se trata de um turista do seu país - Internacional- quando o turista é estrangeiro ao destino turístico em que se encontra ou qual pretende se for.
Modo de viajar	- Coletivo – quando se viaja em grupo, normalmente usufruindo de um pacote turístico, com meio de transportes e hospedagens relativamente baratas. - Particular – direcionado para elites, que viajam em voos charters ou de navio.
Organização das viagens	- Organizado- trata-se de viagens intermediárias por agentes ou operadores turísticos sob contratação. - Individual – o próprio turista se encarrega de fazer reservas e pagamento de todos os serviços que vai consumir ao longo da sua viagem.
Interesses	- De elite normalmente com uma motivação muito específica como apreciação de pássaros ou conhecer lugares exóticos. É praticado por pessoas com alto poder aquisitivo, que procuram agentes de viagens. - De massa realizada pela classe média salarial que compra pacotes com preços razoáveis, que incluam todas as despesas e normalmente que tenham o tempo cronometrado.
Amplitude geográfica	- Urbano – é desenvolvido em grandes centros urbanos com uma

	grande superestrutura. - Litorânea – conhecido também como turismo balneário e ligado ao turismo de massa, tem como principal produto o de sol e praia. - De montanha – realizada majoritariamente por turistas aventureiros e em áreas de grandes altitudes.
Faixas etárias praticantes	- Infanto-juvenil - normalmente praticado em grupos escolares, com idade máxima de 25 anos, que participam de colônias de férias. - Adulto ou familiar - realizada em grupos familiares, que procuram lazer junto ao aconchego de familiares. - De terceira idade – este segmento é composto por aposentados ou maiores de 50 anos, que buscam melhoria da qualidade de vida, normalmente em seguros que não exijam esforço.
Natureza	- Emissivo – quando a vocação da região ou país é enviar turistas para diversos destinos turísticos. - Receptivo – quando a vocação do local é receber os turistas dos mais dispersos cantos do mundo.
Permanência	- Intensivo - conhecido também como turismo estável, nesta modalidade, o turista permanece na mesma hospedagem durante a viagem, mas deslocar a núcleos turísticos próximos para excursões. - Extensivo – ocorre quando turista permanece na distinção um longo período de tempo da viagem, como em caso da realização da pesquisa. - Itinerante – o turista tem um roteiro construído por vários destinos, próximos uns dos outros, onde permanece um tempo curto.
Motivações	- Ecológico – praticados por pessoas que apreciam a natureza. Tem como objetivo interagir com os elementos que já desapareceram de grandes cidades; - Saúde – conjunto de atividades turísticas exercidas a procura de manutenção ou aquisição de boa saúde.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na literatura Andrade (2002).

Nas últimas décadas, são perceptíveis as constantes discussões acerca da importância das políticas públicas, sobretudo, como os governos decidem, elaboram, implementam e avaliam tais políticas, que passaram por transformações significativas, principalmente pela mudança de pensamento dos governantes: incentivos à redução dos gastos e maior participação da comunidade nas tomadas de decisão.

Dentro das políticas públicas, encontram-se as políticas de turismo, que pode ser entendida como um conjunto de ações de entes governamentais, muitas vezes em parcerias com iniciativas privadas, com vistas a gerar melhorias econômicas e sociais

para as comunidades. Nesse contexto, entende-se que, as políticas públicas guiam governantes em torno de embates de diversos interesses, preferências e ideias que se desenvolvem: os governos.

No âmbito do turismo, com o pensamento de que este é a “solução de todos os problemas”, diversas comunidades têm procurado se inserir no mercado turístico em busca dos benefícios que a atividade pode proporcionar, embora por um lado gere imensas divisas para alguns países; por outro, tem conduzido a insanáveis dispêndios ambientais e socioculturais em muitas localidades (YÁZIGI; CARLOS & CRUZ, 1999). Ou seja, um turismo que vise à geração de impactos favoráveis nas dimensões econômica e social e que esteja em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais.

2.2. Políticas públicas

Os estudos das políticas públicas possuem como marco inicial os anos 1950, sob a definição de *policy science* FREY, (2000). Souza (2006), menciona quatro autores como pioneiros das políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. H. Laswell (1936) foi o responsável por introduzir a expressão *policy analysis*, agregar o conhecimento acadêmico e científico, além de unir estudiosos de diversas áreas com objetivos em comum. Simon (1957) conceituou racionalidade limitada, enfatizando os problemas referentes às políticas públicas através de informações incompletas e decisões sustentadas por interesses próprios.

Lindblom (1959) vinculou outras variáveis concernentes à elaboração e análise de políticas públicas, como a importância das eleições, dos partidos e das burocracias. Easton (1965) definiu a área de políticas públicas como um sistema, recebendo *inputs* de partidos e grupos de interesse, que afetarão consideravelmente os seus resultados.

Há várias maneiras de definições de políticas públicas, de acordo com Souza (2006) a mais célebre continua sendo a de Laswell, isto é, as decisões e análises sobre política pública acarretam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê? Por quê? e que diferença faz? Para Hill & Hupe, (2002) é a escolha deliberada de uma ação ou inação feita pelas instituições estatais e não estatais com decisões que produzem, ou não, mudanças.

Sousa, 2006.p. 20-45), cita por sua vez que:

As políticas públicas e a sua estrutura, estão ligadas ao Estado e este determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos. [...] mas que pode ser vista como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente). [...] E quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

A intersetor alidade das políticas públicas de turismo começou a ser uma dimensão valorizada a partir do momento em que não eram alcançadas eficiências, eficácia e efetividade esperadas pelo plano gerado (NASCIMENTO, 2010). À medida que foi se intensificando esse processo, houve a incorporação de saberes técnicos, de especialistas e uma maior participação dos *stakeholders* na execução das políticas públicas de turismo (NASCIMENTO, 2010; BORTOLOSSI et al., 2014).

O estabelecimento do que venha a ser uma política pública é arbitrário, pois não existe consenso na literatura acadêmica sobre sua definição. Entretanto, autores como Secchi (2012) estabelecem que política pública possa ser entendida como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, ou seja, ações executadas por atores públicos para a resolução de problemas entendidos como de interesse coletivo, definido por meio de um planejamento, coloca as políticas públicas como ações governamentais estabelecidas como norteadoras do desenvolvimento social e, em termos mais amplo, Ying et al. (2012) entendem política por ser o que governo opta por executar ou proibir.

Ainda Secchi (2012), buscando uma melhor delimitação de política pública, deixa claro que ela abrange as políticas governamentais, portanto, toda política governamental deveria ser uma política pública, pois é exercida por um ator público com o objetivo de resolver um problema coletivo. Entretanto, nem todas as políticas públicas são governamentais, já que o governo não é única organização a buscar soluções às questões coletivas. Mintzberg e Jorgensen (1995, p. 25) lembram que o conceito de política pública está associado “a um plano, um guia ou mesmo um conjunto de diretrizes que influenciam as decisões e as ações a serem realizadas no futuro”.

Os estudos sobre políticas públicas, surgem na Europa como a decomposição dos trabalhos relacionados ao papel do Estado. Já nos Estados Unidos, a área surge no

mundo acadêmico, sem relação com o papel do Estado, mas sim relacionada à ação dos governos. As políticas públicas nascem como uma subárea da Ciência Política e, no caso brasileiro, são classificadas na área de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) submetidas às ciências políticas (CORTES; LIMA, 2012). Outro modo de entender a evolução de política pública é separá-las em fases relacionadas, conjunto conhecido como ciclo de política pública (HOWLLET; RAMESH; PERL, 2013). Este será o modelo utilizado neste trabalho para fundamentar a pesquisa. O ciclo de políticas públicas é separado em sete fases principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. (Secchi, 2010), (Figura 1).

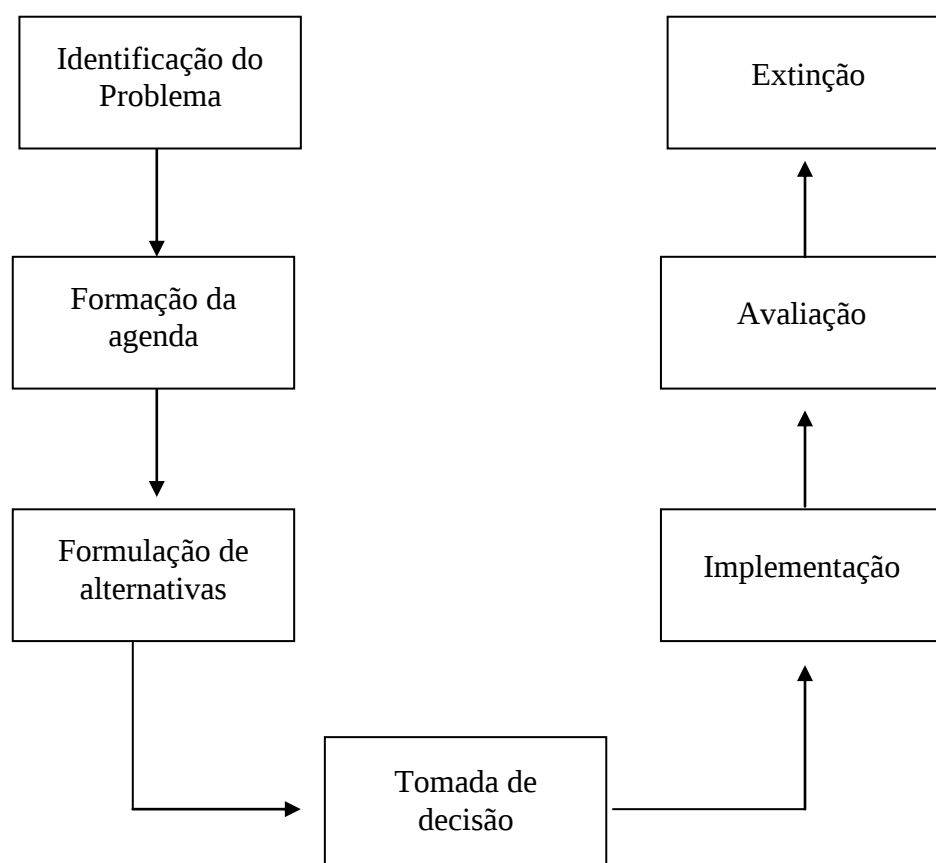


Figura 1. Ciclo de políticas públicas

Fonte: Secchi (2010).

A análise de políticas públicas pode ser desenvolvida por meio de modelo ciclo de política publica. Neste modelo, a política pública é tida como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios que constituem processos técnicos e políticos-administrativos que usualmente segue etapas. Para Saraiva (2006), cada política pública

passa por diferentes estágios e em cada um deles, os autores, as coalizões, os processos, e as ênfases são diferentes. Esses estágios compõem-se ciclo de políticas públicas.

E ainda na visão do Cavalcante (2007, p. 168):

Dentro de uma heterogeneidade de instrumentos analíticos, uma das fermentas mais utilizadas na literatura é a modificação da política em fases ou etapas, ao longo de ciclo de políticas. Nessa lógica Frey (2000), ressalta que ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político administrativo de resolução de problemas o *policy cycle* acaba se revelando um modelo heurístico bastante interessante para análise da vida de uma política pública.

Contudo, o ciclo é criticado por alguns autores, como Secchi (2010), Mota (2010), Howard (2005), pois representa um processo muito eficiente e, na prática, é difícil diferenciar suas etapas. Segundo Secchi, (2010), este ciclo raramente reflete o real dinâmico ou vida de uma política pública, suas fases geralmente apresentam-se misturadas e as sequências não se alternam. Ainda Mota (2010, p.21), apesar de todas as melhorias, o modelo de ciclo ainda é alvo de algumas críticas que se traduzam por seguintes argumentos:

- De que não apresenta, um argumento favorável alusivo e não são apresentadas pistas do que causa o movimento de uma fase para outra;
- A cadeia de fases propostas não tem uma base empírica, dado que o processo não tem de trilhar necessariamente todas as fases e pode ocorrer por uma ordem diferente;
- A proposta assenta-se numa perspectiva top-down, estando assim enquadrada numa lógica hierárquica;
- Não considera que novas políticas são influenciadas pela atual, o que Hogwood e Peters ú “*policy sucession*”.
- Pospor alguns elementos que não estão relacionados com a típica concepção de *problem-solving*, como por exemplo, a disputa de poder e a aprendizagem.

Ainda de acordo com Howard (2005), trata o assunto e cita algumas decisões políticas, que sugerem o ciclo de política pública, não deve ser utilizado como uma descrição universal e formal da política porque muitas vezes os estágios são ignorados e a ordenação das fases é invertida. Traçadas algumas críticas que permeiam o ciclo de

políticas públicas, vale destacar que, como qualquer outro modelo, este tem as suas limitações, mas se apresentam como uma boa referência didática para compreender a política pública.

Reforçando essa ideia, Secchi (2010) alega:

Que o ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajudam políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos.” (SECCHI, 2010, p.34).

Conforme afirma Mota (2010), apesar de algumas variações sutis, as diferentes versões do ciclo incorporam a ideia de que a política é um processo com fases distintas, que envolvem diversos atores e instituições estão envolvidos nas diferentes etapas, e que políticas realimentam novas políticas.

Esta separação das fases foi introduzida para ilustrar o fato de que o processo de política envolve diversos atores, que exigem habilidades diferentes e podem ter perspectivas diferentes. Isso porque a natureza segmentada desse modelo também permite a possibilidade de que conteúdo e a direção de uma determinada política pública possam mudar consideravelmente ao longo do tempo, que se move por diferentes estágios.

Estabelecer política envolve uma complexidade de fenômenos relacionados à filosofia, história, ideologia, entre outros, que interferem na compreensão deste termo. Mas para Castro e Falcão (2004, p.53) política “compreende um conjunto de esforços empreendidos pelas pessoas que objetivam participar do poder ou influenciar a distribuição do poder”.

Por outro lado, Weber (1959 apud CASTRO; FALCÃO, 2004) considera que política é uma administração de um grupo político, que se denomina Estado, ou a influência exercida nessa administração. Levando-se para o turismo, a contribuição de Weber está relacionada à questão da influência que a política exerce através do Estado com suas relações internas e externas. O histórico das políticas públicas de turismo no Brasil é recente, mas a partir da década de 90, encontra-se uma agilidade no

desenvolvimento da mesma, no momento que governantes percebem a função e a definição real do turismo e passam a priorizá-lo em seus planos de desenvolvimento.

A formulação de políticas públicas de turismo e do planejamento turístico adequado é a forma para minimizar os impactos negativos do turismo. Para compreender melhor, Beni (2001, p. 177) afirma que:

A política de turismo é a espinha dorsal do “elaborar” (planejamento), do “pensar” (plano), do “empreender” (projetos, programas), do “concretizar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reorganizar” (estratégia) e do “promover” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

E ainda, Beni (2002, p.80) ressalta que:

Política é o curso de ação calculado para alcançar objetivos específicos. [...] e políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade. [...]. Ou seja, a política do turismo está inter-relacionada com outras políticas (econômica, educacional, saúde, etc.) a fim de articularem metas e diretrizes para buscar o desenvolvimento desejado da sociedade moderna, Beni (2002, p.80).

Portanto, uma das formas de trabalhar estas peculiaridades e diversidades é aproveitar estas riquezas naturais, culturais e históricas, através da atividade turística, a partir da implantação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da região.

2.3. Políticas públicas do turismo

Assim como o conceito de turismo, as políticas de turismo estão articuladas a outros segmentos que conectados, possibilitam trabalhar o turismo de maneira sustentável. Mas deve-se compreender que a elaboração de uma política de turismo está ligada à realidade comum de uma localidade, obedecendo à regionalização e às necessidades da comunidade. Para Solha (2006, p.92) não resta dúvida de que “a política do turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”.

A inserção das políticas públicas possui vários aspectos distintos e que merecem ser considerados Bittar (2005) ressalta a relevância de perceber que a organização pública existe para suprir interesses e necessidades da sociedade, caracterizando-se pelas leis, decretos, portarias, órgãos burocráticos, impostos, taxas, estruturas institucionais públicas e tudo que está diretamente vinculado ao que é público e ao que rege o encaminhamento do que é privada, política tem relação com os modos de organização do espaço público, objetivando o convívio social.

Segundo Hall (2004), para que haja o desenvolvimento satisfatório das políticas públicas de turismo é preciso avaliar e monitorar as ações no setor turismo. A avaliação e monitoramento são fundamentais na medida em que:

- Avaliam grau de necessidade políticas intervenções do governo;
- Possibilitam teste de hipótese referente ao funcionamento do processo; a natureza dos resultados e a eficiência dos programas;
- Especificam sobre resultados e impactos da política;
- Medem a eficiência e relação custo benefício das políticas e planos de turismo em termos de recursos financeiros, humanos e de capital.

As políticas públicas são necessárias para o sucesso do setor turístico, pois estabelecem regras e diretrizes a serem cumpridas a longo e médio prazo; sem estas diretrizes o setor está destinado ao insucesso. Estas políticas servem para prevenir os problemas suscitados. Portanto, fica claro que, no turismo, a política exerce função primordial, pois, para o seu desenvolvimento são necessárias ações dos governos para direcionar a atividade turística e obter os resultados finais desejados e manter as metas.

O Estado tem obrigação de colocar a infraestrutura básica urbana e de acesso, e o setor privado cabe oferecer os serviços e disponibilizar os equipamentos turísticos. Segundo Vieira (2011), a política pública do turismo deve abranger os aspectos culturais, ambientais e sociais, e deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos seus componentes, afinal essa atividade representa uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se inter setorializadas. Cabe ao Estado à essencialidade de ações de proteção de meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem estar social, da população.

2.3.1 Turismo e desenvolvimento local sustentável

2.3.2 Sustentabilidade

As absorções de sustentabilidade, decorrem das reflexões acadêmicas, ideológicas e tecnológicas sobre o processo atual de desenvolvimento social e econômico conduzindo a novas ideias do pensar tecnológico abordar e agir em processos e fenômenos de desenvolvimento. O reconhecimento e a valorização de temas tais como: os problemas sociais e ambientais, as críticas ao purismo economicistas, o intercâmbio entre sociedades e nações o aprimoramento da consciência ambiental, a relação entre os homens e a qualidade de vida têm levado a discussão e proposição denominado desenvolvimento sustentável.

Daí se inicia uma conscientização da insustentabilidade do estilo do desenvolvimento das nações ricas e da impossibilidade de sua universalização assustando e alertando para a necessidade de se rever os processos de atitudes existentes até então. Nesse contexto que Viotti (2001) afirma o surgimento no fim do séc. XX, uma nova ideia força que progressivamente mobiliza as nações: o desenvolvimento sustentável. Um novo estilo de desenvolvimento que tem como meta a busca da sustentabilidade social e humana.

A implantação dessa nova política requer, não somente superar as limitações que a herança do velho estilo de desenvolvimento nos deixou, como também construir as bases técnicas e científicas necessárias à sustentabilidade social, ecológica, econômica, espacial, político e cultural. O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite um sinal de reorientação do processo civilizatório da humanidade (LEEF, 2002). E, dentro dessa realidade, a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico refutando a natureza.

A transposição dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria e práticas e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável tem representado um grande desafio para diversas áreas de conhecimento no sentido de implementar iniciativas e ações que gerem simultaneamente uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade e

eficiência econômica (BUARQUE, 2004; IRVING 2005). Esses saberes e habilidades desenvolvidas pelo princípio de sustentabilidade são identificados por Sachs (2002) por meio de cinco dimensões simultânea, que todo planejamento precisa ter em conta:

Quadro. 2. Dimensões da sustentabilidade

Dimensões da sustentabilidade	
Sustentabilidade social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; Distribuição justa de renda; Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Sustentabilidade econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; Segurança alimentar; Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; Inserção soberana na economia internacional.
Sustentabilidade ecológica	Preservação do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis; • Limitação do uso dos recursos não renováveis.
Sustentabilidade espacial	Voltada para obtenção de uma configuração rural urbana mais equilibrada e melhor distribuição dos assentamentos urbanos e das atividades econômicas. Por tanto, reduzindo a concentração excessiva nas metropolitanas, freando a destruição de ecossistemas frágeis, porém de vital importância.
Sustentabilidade cultural	Mudanças no interior da continuidade cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

Fonte: Sachs (2002).

Essas dimensões são vistas simultaneamente e não podem ser trabalhadas de maneira isolada, já que uma se reflete na outra. A sustentabilidade torna-se um princípio necessário ao debate do desenvolvimento da localidade, quando se preocupa com a melhoria da qualidade de vida da população e não só em curto prazo, considerando o não comprometimento das gerações futuras.

Nesse sentido o termo sustentabilidade, ganha cada vez mais incentivo. Para Rose (2002), a sustentabilidade turística corresponde à fusão de três fatores: a ecológica cujo objetivo é assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção de processo ecológico; a sustentabilidade sociocultural a qual deve assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a cultura e valores da comunidade, e, por fim, a sustentabilidade econômica, que busca um desenvolvimento economicamente eficiente

e com recursos geridos de maneira que possam corresponder as expectativas das comunidades locais e manter a sustentabilidade das gerações vindouras.

2.3.2. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)

O desenvolvimento local integrado e sustentável aponta para uma nova forma de gestão onde a integração permite o compartilhamento dessas políticas contribuindo no processo de desenvolvimento.

Apenas a comunidade pode definir e realizar sua própria transformação e sujeito do seu processo de desenvolvimento. Esta mudança leva um tempo, que é diferente do tempo dos programas e das instituições, e este tempo não pode ser apressado incertamente, sob a pena de matar aquilo que quer produzir (SILVA, 2001.p.4).

Normalmente o termo sustentável muitas das vezes é utilizado para caracterizar a preservação dos recursos naturais que são necessários tanto para geração atual quanto a geração futura. A sustentabilidade, entretanto não é exclusiva da questão ambiental e ecológica. O termo aqui utilizado, refere-se a um elemento que teve um critério de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades auto criativas (FRANCO, 2000).

Por meio de análise do processo de DLIS, verifica-se que, a mobilização da comunidade, assim como os diversos atores gerou outros vertentes, isto é novas soluções para os problemas sociais e econômicos. Estas vertentes, isto é, novas soluções para os problemas sociais e econômicos, estendem-se principalmente aos setores de investimentos produtivos envolvendo empreendimentos que fazem parte da chamada economias da aglomeração.

Buarque (2002, p.25), define o DLIS como um processo endógeno de mudanças, que leva o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade da vida da população em pequenas unidades territórios e agrupamentos humana “endógeno” é a palavra chave neste conceito e significa que a motivação pra o desenvolvimento tem origem na comunidade, através da mobilização dos principais atores atuantes nos territórios, aproveitando as potencialidades locais”.

O desenvolvimento local integrado e sustentável demonstra uma perceptível influência das concepções do desenvolvimento sustentável, discutida no Rio+20. Já o modo “integrado” é balizado nos preceitos de “Agenda 21 Global” cujo ideário é que “(o desenvolvimento sustentável seja induzido por meio de participação multissetorial de diversos agentes governamentais, empresariais e da sociedade civil) no planejamento e na execução de ações integradas em nível local, às chamadas microrregiões”, KRUTMAN (2009, p.24).

O autor ressalta ainda, pelo fato do termo integrado levar em conta todos aos aspectos do desenvolvimento. A partir de então as políticas sociais são vinculados à estratégia do DLIS. O desenvolvimento passou a ser difundido como um processo participativo equitativo e sustentável. A essa concepção juntam-se termos como governança local, empreendedorismo, e termos não tão novos, mas novo em contexto, como capital humano e social.

3. 3. Turismo e Desenvolvimento Local

Essa crescente importância do turismo como prática social e econômica, tem contribuído para o nascimento de diversas iniciativas direcionadas para seu desenvolvimento. Por ocorrer em um espaço físico limitado, o desenvolvimento do turismo está atrelado aos problemas urbanos e/ou ambientais existentes e, no intuito de que ocorra com maior intensidade e sucesso é preciso planejar a ordenação territorial e diversificar a oferta turística (LIMA, 2006). E ainda de acordo com o autor essa atividade vive essencialmente da exploração dos recursos oferecidos pelo meio ambiente e quando utilizado de forma predatória, torna-se uma atividade potencialmente ameaçadora, que pode ser arruinado com a construção de grandes complexos turísticos.

Segundo a OMT (2003. p.24):

O desenvolvimento do turismo sustentável atende as necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. São vistos como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida”.

E ainda segundo OMT (2003) planejamento do turismo tem como objetivo trazer determinados benefício sócio econômico sem deixar de manter a sustentabilidade do

setor turístico. Tal planejamento, através da proteção da natureza e da cultura local, é elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, integrada, ambiental, implementável, e baseada na sustentabilidade da comunidade.

No Brasil com o processo de descentralização do planejamento e gestão das políticas públicas a partir da Constituição de 1998, escolheu o local como um espaço para o exercício de novas práticas, a exemplo de DLIS, expressão que reúne diversos tipos de desenvolvimento local.

Neste contexto, pode-se afirmar sem reservas, que está perante uma importante atividade econômica, que confirmou o seu caráter transversal no panorama econômico, e se manifesta como uma oportunidade estratégica de primeira magnitude para o âmbito local, lançada institucionalmente em 1997 pelo conselho do programa solidário (FRANCO, 2000).

O desenvolvimento local integrado e sustentável nasce como um “novo campo de ensaio”, porque são diversos caminhos e metodologias para viabilizá-los, como Agendas 21 locais, a estratégias da comunidade Ativa e a metodologia Gespar (OFICINA SOCIAL, 2001). Há muitas razões para considerar que se deve prestar ao turismo um tratamento profundo e intenso, que exige de um lado, a realização de uma análise pormenorizada dos seus pressupostos e características intrínsecas, e por outro, estudar como articular os mecanismos para que façam desta atividade uma verdadeira oportunidade para o desenvolvimento sustentável dos territórios e das pessoas que neles moram.

Talvez mais do que qualquer outra atividade econômica, combina dinamicamente recursos endógenos e exógenos, que corretamente propõem todo um catálogo de benefícios sociais, econômicos, ambientais e culturais. Contudo, temos que ser conscientes que esta atividade, se for mal planificada, e se se esquece da intervenção dos atores locais em todas as fases do processo, pode envolver determinados riscos e, por conseguinte, provocar efeitos nocivos e irrevocáveis para o desenvolvimento territorial. Respeito pelo meio-ambiente e a cultura local, são as condições indispensáveis para fazer do turismo uma atividade sustentável, mas não exclusivamente.

O consenso e o diálogo a nível local são os apêndices precisos que devem ser impulsionados entre todos, para que o desenvolvimento seja uma realidade a consolidar a médio e longo prazo. Segundo a publicação do jornal Delnet de 2001, tem-se constatado esta necessidade levantada por agentes locais e instituições de todo o mundo, que de um lado, pedem informação sobre os instrumentos que são indefectíveis para articular o setor turismo com o conjunto da economia local e poder medir o impacto da atividade quantitativa e qualitativamente, e por outro, conhecer experiências que se estão implementando em diferentes latitudes, para encontrar elementos comuns e/ou diferenciais que lhes possam ilustrar nos seus processos de desenvolvimento.

Com o aumento de tempo livre, e as passagens aéreas baratas, a segmentação do mercado turístico atento nas preferencias dos consumidores e a melhoria nas preferencias dos consumidores e a melhoria nas tecnologias de comunicação são alguns fatores que podem ser citados como fomentador do crescimento turístico. Além disso, em comparação com outras atividades produtivas, esse setor necessita de menores investimentos, uma vez que se apropriam dos recursos naturais já existentes, como praias, reservas naturais, rios, etc.

Consolidando com essa afirmação, Ruschamn (1997, pag. 25), afirma que:

O turismo tem contribuído, principalmente, no sentido de criar renda e empresas em locais economicamente debilitados. Além disso, aponta outros efeitos a atividades nos níveis sociais e de vida das populações receptoras: incrementam a renda dos habitantes, elevações dos níveis cultural e profissional da população expansão do setor da construção, modificação positiva da estrutura econômica e social e atração de mão de obra de outras localidades.

Partindo desse pressuposto delineado, o turismo como atividade econômica, inicia-se a investigação do conceito do desenvolvimento local baseado no turismo. A sua contribuição para o desenvolvimento local é tratada frequentemente no âmbito econômico e pode-se dizer que até mesmo simplismo e fé nos anteriores méritos de crescimento econômico, que deram lugar a questões sobre o equilíbrio, o crescimento e a distribuição de benefícios materiais para as comunidades (TONINI, 2008).

Para dar seguimento a este capítulo, precisa entender melhor os efeitos do turismo no desenvolvimento socioeconômico cultural, ambiental e local, é necessário diferenciar o crescimento e desenvolvimento. Para JARDIM (2006), enquanto o

crescimento está ligado ao aspecto econômico relacionado ao incremento do Produto Nacional Bruto (PNB), o desenvolvimento abrange o âmbito social.

Portanto, no desenvolvimento preveem visões em longo prazo que consideram políticas de investimentos voltados não somente para grandes infraestrutura e complexos turísticos, mas também para o bem-estar das comunidades. De acordo com Brose (2002), o desenvolvimento compreende antes de tudo um processo que permeia a história de cada sociedade que envolve todos os tipos de avanços e retrocessos, conflitos e pactos entre atores envolvidos e que gradualmente ao longo do tempo, permite um incremento na qualidade de vida da população.

Choi e Shirakawa (2005) realçam que embora as abordagens tradicionais sobre o turismo no âmbito do desenvolvimento local enfatizam as medidas quantitativas do crescimento econômico e do progresso, estas devem se basear nos princípios de sustentabilidade, que efetivamente trazem melhoria qualitativa dos sistemas sociais, naturais e humanos.

O autor ainda enfatiza dizendo que pode ser considerado como uma alternativa econômica capaz de alcançar o desenvolvimento local de regiões socialmente excluídas. Portanto para que alcance os objetivos desejados, ele deve ser planejado para que se torne uma atividade sustentável. O mais importante é que ele seja concebido de forma que beneficie as comunidades locais e, contribua para equidade social mantendo uma relação harmoniosa, com a cultura e o patrimônio local e, finalmente preserve o meio ambiente para as gerações vindouras.

Trata-se, sobretudo, de desenvolver o turismo guiado por valores locais e orientado para minimização das agressões à cultura local e ao ambiente natural, lugar de moradia autóctone e assim como de reduzir a dependência econômica externa. Muitas comunidades têm visto no turismo receptivo uma opção de melhoria de suas condições de vida.

Desta maneira, o desenvolvimento local tem sido possível em projetos endógenos de turismo de base comunitária resultantes da decisão, da autogestão e da plena participação da comunidade local nas atividades turísticas. Isso implica dizer que o turismo de base comunitária possibilita à população local ter um controle efetivo das

decisões sobre o turismo no local e sobre o desenvolvimento de suas atividades. Práticas e assim, a gestão comunitária ou familiar daquilo que é disponibilizado como serviços e atrativos turísticos, valorizando aspectos culturais e naturais do local (SCOOTO; NETTO 2015).

Nos dias atuais, muitas regiões têm investido no setor do turismo em busca de conhecimento econômico, porém poucos são exemplos nos quais as atividades tem obtido sucesso, pelo fato de ignorarem a realização de desenvolvimento sustentável este dado nos mostra em que mediada a análise do desenvolvimento do turismo se divorciados contextos mais amplos de sustentabilidade, (MOURA; GARCIA 2009)”..

O conceito de desenvolvimento local envolve mais duas ideias complementares que se associam ao território. Uma se refere ao espaço concreto e delimitado e vincula-se à ideia de constância e inércia podendo ser identificado como área delimitada: município, microrregião etc. Outra é o espaço abstrato das relações sociais e indica movimento e interação dos grupos sociais que se articulam ou se opõem em torno de interesses comuns (FISCHER, 2002).

O propósito dessa atividade e convívio é verificado na medida em que o território deve levar em conta a interdependência da natureza com o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS 1999). Três elementos do desenvolvimento local se destacam a partir do turismo: a sociedade, o ambiente e a economia, que são integrados e se reforçam mutuamente, em contexto em que a diversidade social e cultural e a diferenciação produtiva devem ser utilizadas como recursos potencializadores de transformações e de desenvolvimento local. Para Cunha (2005) o turismo possui,

algumas características que o diferenciam de outras atividades produtivas: é um produto que só pode ser consumido in loco, estimula o desenvolvimento de outras atividades econômicas (entretenimento, comércio, transportes, meios de hospedagem, agências de viagens, artesanato, serviços de apoio); estimula o desenvolvimento da infraestrutura (estradas, aeroportos, saneamento, energia etc.); depende da sustentabilidade cultural e ambiental e tem forte efeito indutor na geração de renda e emprego local (CUNHA 2005.p. 4).

Para Cavaco (1996), o turismo ligado ao desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida. Apresenta,

também, considerável êxito na valorização da produção de produtos agrícolas, além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e festas tradicionais e populares.

O autor ainda enfatiza que os modelos de crescimento apresentam fundamentos essencialmente quantitativos dos fatores de produção, tais como os recursos naturais, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia. Fundamentam-se também nos efeitos da aglomeração da produção e de sua proximidade dos mercados. Diante disso, complementa que ficam marginalizadas muitas questões ligadas às condições sociais, culturais e ambientais. A importância do turismo orientado pelos valores culturais se reflete pelo valor para o conhecimento de uma região, de uma época ou de um estilo de vida através do valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como das manifestações folclóricas e da arte popular (DIAS, 2003:33).

Além dessas considerações, que se traduzem no valor do turismo local, surge outro aspecto de extrema relevância: o envolvimento da comunidade. A comunidade local tem oportunidades de envolvimento em todas as fases do processo de implementação do turismo, bem como na tomada de decisão sobre o planejamento. Portanto, considera-se de fundamental importância a participação comunitária nos processos de inventário e no planejamento, em nível regional.

Paralelamente, vem sendo dada maior ênfase à sustentabilidade desse desenvolvimento, para que o turismo possa gerar benefícios econômicos no curto, médio longo prazo, sem que isso implique o esgotamento dos recursos naturais e culturais de um país, de uma geração para outra.

No entanto, Oliveira (2001) ressalta que o gerenciamento dos impactos negativos não é uma alternativa simples, já que o turismo não é uma atividade pontual e bem definida, mas, sim uma série de atividades interdependentes. Anteriormente a maioria das facilidades oferecidas para os turistas era subsidiada pelos governos, medindo-se o sucesso de um país no setor de turismo pelo seu número de visitantes. Atualmente esta tendência está mudando, o número de turistas não é mais variável de sucesso de setor, no seu lugar hoje se tem a receita obtida pelo influxo de turistas; a qualidade de turistas recebidas; os benefícios sociais e econômicos que a atividade pode gerar.

Essa atividade econômica não pode ser entendida como um negócio que representa apenas uma troca no mercado de curto prazo. Compreende, na verdade, os processos de agregação e da transformação do valor turístico. Fazem parte deles as relações sociais, culturais, políticas, entre outras, por meio da promoção constrói a força que atrai pessoas de localidades distantes, embora com seus impactos dentro de uma comunidade.

2.3.2. Impactos do Turismo

Os impactos de turismo referem-se a gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidades, direções e magnitudes diversas; porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio natural.

Os impactos têm origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica, como por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. Eles são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes, de acordo com a natureza da sociedade nas quais ocorrem.

Segundo Ruschmann (1999), os impactos do turismo referem-se às modificações provocadas pelo processo de desenvolvimento turístico nos destinos. Os impactos do turismo são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas e as comunidades receptoras dependendo da natureza das sociedades em que ocorrem.

É importante uma discussão mais ampla e crítica sobre impactos do turismo, sempre com objeto do desenvolvimento local, como a parte mais efêmera em todo processo. Esses impactos normalmente têm parte positiva e negativa dentro do mesmo ambiente.

2.3.3. Impactos econômicos

De acordo com estudos feitos do autor Krippendorff (1979) o turismo incrementa da virtude humana, quando transcorre hospitalidade desde primórdios históricos, para

torna-la um negócio. É possível compreender a importância que normalmente é dada ao benefício econômico que ela traz às localidades receptor. No entanto, há aspectos negativos, como descreve Macintosh (1999), quando há dependência excessiva de dado município em relação à atividade turística, pois, na maioria das vezes, a atividade se desenvolve de maneira sazonal, podendo haver dependências de capital estrangeiro ou, ainda, presença de especulação imobiliária o que acaba resultando no aumento no custo de vida. De acordo Com Lage e Milone (2001), os principais impactos econômicos positivos e negativos resultantes do turismo são apresentados no quadro 03.

Quadro 03. Impactos Econômicos

Positivos	Negativos
Aumento da renda do lugar visitado	Controle sobre as terras, garante da dependência econômica e cultura das comunidades;
O estímulo de investimentos e a geração de renda	Sazonalidade turística
O meio de distribuição de riqueza	Mão de obra desqualificada na área
O grau de adaptação do local à sazonalidade da demanda turística	Inflação e especulação imobiliária e
Aumenta o consumo pelos produtos locais agrícolas ao artesanato, ganhos monetários em consequências com a venda dos produtos artesanais, de legumes e pequenos gados.	Dependência excessiva do turismo Subordinação excessiva do turismo, e aumento do subemprego.

A principal justificativa para se desenvolver a atividade turística, sempre figura na geração de emprego e renda, estes fatores também determinarão se os impactos econômicos serão favoráveis ou não. Esses impactos culminam interferindo na

organização econômica da comunidade local, que muitas vezes, até haver o turismo, vivia de atividades de exploração de subsistência. São consequências da entrada de capital na região e aumento de poder de compras dos consumidores. O que deve ser contrariado é a dependência financeira que acaba gerando uma situação insustentável para o local, ainda mais em regiões onde há sazonalidade dessa atividade.

2.3.4 Impactos sociais

Os Impactos sociais são impactos sobre a população local (residentes habituais e fixos na comunidade), mas, também, sobre os turistas e a sua sociedade de origem. O impacto social do turismo está associado mudanças mais imediatas e define aquelas que ocorrem na estrutura social local. Na qualidade de vida, nas relações sociais e na adaptação nas comunidades de destino ao turismo. Por outro lado, o impacto cultural categoriza mudanças mais graduais e processuais que vão ocorrendo à medida que o turismo se desenvolve como a aculturação turística e as mudanças nas normas culturais, na cultura material e nos padrões culturais. (OMT, 1998).

Para Santana (1997) os impactos sociais resultam, portanto das relações sociais entre os residentes e os visitantes. A intensidade e forma desses impactos variam dependendo do tipo de visitante, das diferenças culturais entre os grupos, do grau de adaptação dos visitantes e dos costumes locais. A população receptora começa a manifestar dúvidas e surgem certos aborrecimentos acompanhados de antagonismos. Esta última reflete uma extrema irritação, na qual todos os problemas pessoais e sociais e atribuídas aos turistas, às causas das irritações normalmente são numerosas inter-relacionadas – sociais – culturais – econômicas pessoais – e do meio ambiente, assinalando assim a urgente necessidade de planejamento integrado das atividades turísticas. No quadro 04, apresentam-se de forma resumida impacto social positivo e negativo identificado pelos autores apresentados:

Quadro 04. Impactos sociais

Positivos	Negativos
Melhoria da qualidade da comunidade local (criação de infraestruturas saúde);	Alienação da comunidade local

Experiências com os visitantes culturais e modos de vidas diferentes Utilização da população da mão de obra direta ou indireta	Nativos adoptam características de vida dos turistas em detrimento dos seus
Aumento de níveis culturais e profissionais da população	Aparecimento de fenómenos de disfunção social na família
Orgulho étnico Novos investimentos por parte dos estrangeiros	Desintegração da comunidade

Outros impactos sociais negativos citados por Macintosh (1999) é a possibilidade de ocorrência de prostituição, maior incidência de alcoolismo, o chamado efeito demonstração que faz surgir o interesse dos autóctones por consumir bens, tais como os turistas realizam, mesmo se ainda não haveria necessidade para isso, aumento do índice de violência.

Além disso, a sazonalidade interfere diretamente na vida da comunidade local, uma vez que, os empregos e a renda são dependentes da época de maior movimento, deixando parte da população desempregada no restante do ano. Isso implica dizer que a população se sustenta com dinheiro recebido algumas épocas do ano. Em suma, deve realizar um planejamento que procure dar sustentabilidade aos moradores para que em relação à poupança conseguida em apenas um ano, com geração de empregos anuais e não temporários. A atividade turística deve ser bem pensado e planejado para que a comunidade local tenha uma melhoria na qualidade de vida.

2.3.5 Impactos ambientais

Há uma estreita conexão entre o turismo e o meio ambiente, uma vez que, muitos elementos do ambiente natural são atrativos para os turistas. E o turismo em larga escala, pode auxiliar na conquista de proteção do meio ambiente, se for planejado de uma maneira consciente ajuda na conservação das áreas naturais e na melhoria da qualidade ambiental. Segundo OMT (2001), a atividade turística possui também impactos consideráveis sobre meio ambiente. É um consumidor específico de recursos naturais, pois constituem a base para o desenvolvimento da atividade turística.

Cruz (2001, p.31) cita que:

Os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infraestrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer com a circulação de pessoas que prática turística promove nos lugares. (...) meios de hospedagem edificadas em áreas não urbanizadas bem como outras infraestruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que inserem.

Dias (2005, p.100) reforça o trabalho da autora acima, fazendo os seguintes comentários os estudos dos efeitos do turismo no meio ambiente começaram a ser intensificados na segunda metade de década 70, em função do crescimento do turismo de massas e de vários problemas causados pela atividade turística, que fizeram soar uma alerta mundial. Apontando para a possibilidade de que seu crescimento poderia ser insustentável ponto de vista ambiental.

Para Ruschmann (1999) e Cruz (2004), o impacto ambiental negativo provocado pelo turismo não devem ser observados isoladamente, se, compreendendo cada impacto influencia diretamente no outro. Exemplo geração de emprego e renda ocasiona umas mudanças ócio cultural ao possibilitar que a população tenha acesso à informação reconhecimento, ao mesmo tempo pode gerar um desastre ambiental caso não tenha havido um planejamento de absorção de turistas.

Outro exemplo claro a população local é frequentemente afastada do seu território de moradia e atividade de origem, isso acontece das mais diversas formas, seja fisicamente vendendo sua terra deslocando-se para outro lugar, seja participando informalmente e marginalmente na economia, sejam menosprezando os próprios valores culturas e submetendo-se aos novos, trazidos pelos turistas.

O quadro 5 exhibe exemplos de acordo com o autor acima citado, os impactos ambientais.

Quadro 05. Impactos ambientais

Positivos	Negativos
Conservação e melhoria da qualidade ambiental	Custos de preservação
Adoção de mediadas para preservar meio ambientes e áreas protegidas, parques locais.	Aumento de poluição ruídos, ar, água, solo.
Maior envolvimento administrativo, introdução de iniciativas de	Falta de interesse na utilização de recursos naturais a competição entre turismo e outras

planejamento ambiental.	atividades económicas.
Constitui uma alternativa da exploração de áreas económicas e protegidas	Destruição da paisagem natural, fauna e flora.
Descoberta e acesso a regiões não exploradas	Corrosão das paisagens de habitais históricos e de monumentos
Maior conscientização ambiental	Destruição da paisagem natural, fauna e flora.

Fonte: Ruschman (1999) e Cruz, (1999), Smith (1989 p.100), e estudo de campo.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2003), a manutenção da sustentabilidade do turismo requer gerenciamento dos impactos ambientais e socioeconômicos; por meio de um bom planejamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo é possível minimizar seus impactos negativos e valorizar os positivos. Se um dos desafios maiores para a gestão pública local diz respeito à necessidade de democratizar os processos decisórios na formulação de política pública e de torná-las mais efetivas, as ações públicas locais podem ser uma oportunidade, sobretudo para as políticas sociais.

Uma vez que estas se encontram no âmbito nacional, sob a tutela de ajustes macroeconômicos, as soluções não encontradas no plano nacional podem ser pensadas criativamente, desenvolvidas e implementadas localmente. Porém, as ações públicas locais não podem ser consideradas expressões efêmeras de um localismo mágico e estar fundadas exclusivamente na espontaneidade.

Deve-se, igualmente, pensar a necessária complementaridade entre os diferentes níveis de ação política. Os governos locais podem desempenhar a função nodal no processo de articulação das redes de política pública, desde que, para desempenhar tal papel, tenham os recursos orçamentários e os meios políticos e institucionais necessários, (MILANI, 2008, pag. 576). Entretanto, estes impactos reafirmam a importância de análises minuciosas que possam levar ao redirecionamento do planejamento e ao desenvolvimento da atividade turística de forma que venham a satisfazer aos seus consumidores, favorecendo a comunidade local.

3. Metodologia

O método está dividido em três partes: sendo a primeira o delineamento da pesquisa, em que são expostos o tipo da pesquisa e a estratégia utilizada pelo pesquisador; na segunda seção serão apresentados os métodos e técnicas de coleta e

análise dos dados, expressas pela descrição das técnicas de análise do material empírico e dos instrumentos de coleta de dados; já a terceira seção, aborda o contexto da pesquisa.

3.1. Delineamento da Pesquisa

A abordagem do estudo é qualitativa, já que objetiva compreender o fenômeno de interesse, explorando questões que não podem ser quantificadas, buscando um aprofundamento e contemplar a compreensão do fenômeno (MINAYO, 2001; MAYAN, 2001). Conforme Edivaldo M. Boaventura (2007), as características da pesquisa qualitativa podem ser esquematizadas como: pessoal, autônoma, criativa e rigorosa, a fonte direta de dados, análise de dados indutiva e emprego de técnicas, tais como entrevista, análise documental e observação.

Este estudo se classifica como descritivo, porque busca explicar um fenômeno (MARTINS e THÉÓPHILO, 2009), por meio do registro, análise, classificação, interpretação e identificação dos fatores determinantes do fenômeno (ANDRADE, 2002), que são impactos das políticas públicas do turismo no desenvolvimento local.

Vergara, (2000, p.47) cita que a pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Além de demonstrar correlações entre variáveis e definir sua natureza, não tendo compromisso de explicar os fenômenos que descreve. A pesquisa utiliza como método para a sua operacionalização o estudo de caso, com profundidade, buscando a imersão do pesquisador no contexto em análise, já que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa relacionada a um fenômeno contemporâneo, particular e dentro do contexto do pesquisador, além de utilizar-se de múltiplas fontes de evidências (ROBSON, 2002).

O estudo de caso que segundo Santos e Candeloro (2006) e Yin (2001), é o método que mais alia a pesquisa de natureza qualitativa descritiva e exploratória de fenômenos sociais ou fatos contemporâneos, prestando-se ao rastreamento de inúmeros problemas que aflijam os mais diversos setores das corporações de iniciativas privadas, determinados segmento da esfera pública.

Para análises dos resultados, foi construído um quadro de avaliação dos três impactos estudados, com seus respectivos aspectos negativos e positivos e a entrevistas

feitas no campo, isso permitiu fazer uma análise minuciosa comparada de acordo com as entrevistas e literaturas dos autores citados.

3.2. Métodos e Técnicas de Coleta de Dados

Para obtenção de dados recorre aos métodos de recolha de dados primários através das entrevistas semiestruturadas e inquérito por questionários. Sousa e Baptista (2011, p.71) colocam que os dados primários são as informações que o investigador obtém diretamente através de concessão e aplicação de inquérito, planeamento e condução de entrevistas e em estudos baseados na observação direta.

No que tange aos instrumentos utilizados na coleta de dados, esses são os seguintes: um roteiro de entrevistas, um aparelho de telefone celular gravando áudio, que registrou a entrevista e questionários. Todos esses instrumentos foram usados somente com autorização do entrevistado, o mais importante, no momento, é buscar valorizar a diferenciação da especificidade entrevistada e suas relações e percepções da problemática do turismo e desenvolvimento local dos Bijagós.

As técnicas de coleta de dados foram: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica preliminar em obras físicas e eletrônicas, artigos de bases de dados de *Science Directs Scopus*, observação direta, pesquisa de campo (MARTINS e THÉÓPHILO, 2009). Com a pesquisa documental, pretende-se interpretar “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, podendo ser textuais, áudio ou vídeo (GIL, 2008, p. 45).

O objetivo desse esforço pode (elaborar uma fundamentação teórica para) explicar a pertinência da pesquisa desenvolvida no capítulo subsequente, as relações entre variáveis de acordo os autores identificados para abordagem, e ocasionou a definição dos pressupostos epistemológicos que orientam a materialização da pesquisa. Os documentos analisados são:

- Documento da estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau (2016-2021);

- Conselho Nacional do Turismo, Regulamento de funcionamento do Turismo; (CNT).
- Plano de aproveitamento das potencialidades, dos recursos naturais, ambientais, culturais, econômicos e turísticos;
- Plano de definição de estratégias de desenvolvimento do turismo, identificando projetos estruturantes e iniciativas e ações a realizar por entidades públicas e privadas de âmbito regional e local;
- Plano Diretor Turismo e Zoneamento;
- Plano de reforço do aproveitamento dos recursos turísticos existentes na região e nas regiões limítrofes com potencial turístico;
- Carta de política nacional do desenvolvimento do turismo;
- Carta de política de ecoturismo na Guiné-Bissau de agosto de 2016;
- Plano Estratégico e Operacional, Bissau 2025, Sol na Iardi (PEO);

Foram realizados roteiros com as entrevistas semiestruturadas diante de um grupo de 17 pessoas (vide quadro abaixo) que tenham um perfil de entrevistados isto é, funcionários públicos do MITUR, CAIA IBAP, (ONG-Tininguena), trabalhadores de estabelecimentos turísticos e indivíduos comuns da sociedade guineense. Com base nesses documentos apresentado foi capaz de enxergar a obrigação de entrevistar funcionários do Ministério do Turismo, da CAIA- Célula da Avaliação do impacto ambiental, da IBAP, entre outros que não foram mencionados na lista dos entrevistados (Tabela 1).

Segundo Sampiere e Colado e Lucio (2006), esta técnica permite, sobretudo, a imersão primordial do pesquisador do campo, isto é através dele o pesquisador pode escolher o melhor ambiente para o trabalho de campo, (comunidades, funcionários das instituições públicas ou privadas, através da avaliação da sua acessibilidade). Em seguida segue a tabela dos entrevistados.

Tabela. 1. Entrevistados

Entrevistados	Nº.	Instituições
Agentes Públicos	06	• Ministério do Turismo
		• Inspeção Geral do Turismo

		• Serviços de Inspeção de Bolama Bijagós
		• Assembleia Nacional Popular
		• CAIA – Célula de Avaliação de Impactos ambientais
		• IBAP- Instituto de Biodiversidade de áreas protegidas
Agentes Privados		
ONG´s	1	• Tinguena
Operadores Turísticos	2	• Ass. Dos Hoteleiros de Bissau. • Proprietários
Comunidades locais	6	• Anciãos • Estudantes • Feirantes
Turistas	2	• Visitantes

Fonte elaborada pelo autor, em (2017).

a) Entrevistas semi estruturados

Survey de experiência Essa técnica de entrevistas traz vantagem devido a sua flexibilidade e a chance rápida adaptação. Este tipo de entrevista pode ser ajustado tanto ao candidato quanto as circunstâncias. Ao mesmo tempo, um pequeno roteiro de perguntas contribui para a reunião de informações apuradas. A sua aplicação reside em buscar informações com pessoas especialistas da área do (Turismo) como é o caso do Diretor geral do turismo Chefe do Gabinete do Ministro do Turismo, Turismólogo, Diretor Geral da Inspeção do Ministério do Turismo- Deputado da região de Bijagós., Investigador da Tinguena Sociólogo, Coordenador da CAIA, (Tabela 2.)

Tabela. 2- *Survey de experiência*

Entrevistados	Instituições
• Diretor geral do Ministério do Turismo – Entrevistado (1)	Ministério do Turismo
• Diretor do serviço da Inspeção do geral do Ministério Turismo – Entrevistado (2)	Ministério do Turismo
• Investigador da Tinguena- Entrevistado (3)	ONG Tinguena
• Turismólogo Chefe de Gabinete do	Ministério do Turismo

Ministro do Turismo – Entrevistado (4)	
• Coordenador da Célula da avaliação de impacto ambiental – Entrevistado (5)	INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas – Célula de Avaliação de Impacto ambiental (CAIA)
• Deputado da região de Bolama Bijagós – Entrevistado (6)	Assembleia Nacional Popular
• Populações Locais – Entrevistados (7)	Anciãos, Estudantes e Feirantes.
• Operadores turísticos – Entrevistados (8)	Proprietários
• IBAP – (9).	

Fonte: elaborado pelo autor, em (2017)

Salientando que essas entrevistas foram ágeis de forma a observar o entrevistado. O emprego desse método tornou a coleta de dados lenta, na medida em que as individualidades, embora abertas a participar da pesquisa, ocorreram alguns ausências no caso do Ministro que indicou seus representantes. Normalmente essas pessoas estejam a vontades, mas, trouxeram vários critérios no ato da entrevista e foi necessário a submeter, tipo proibição de uso de máquinas fotográficas, tempo necessário, e apresentação da credencial da faculdade etc.

a) Observação direta

Foi utilizado o método de observação direta, que é um método de pesquisa de cunho exploratório e descritivo, o observador não questiona pessoas nem comunica com as pessoas que estão a ser observadas apenas registra, geralmente, segundo uma grelha de observação e comportamentos. Sousa (1999) argumenta que o desenvolvimento desse método consiste na ação de entender fatos que ajudem a compreender o objeto de estudo.

3.3. Tratamentos e Análises de dados

Primeiramente, antes do início da realização das entrevistas, o pesquisador teve uma breve conversa com os entrevistados, explicando o teor da pesquisa aos participantes, os objetivos (gerais e específicos) da pesquisa, assim como, o tratamento dos dados. Foi requisitada a autorização para a gravação das entrevistas, para posterior transcrição que foi submetida aos entrevistados para verificação.

Com as entrevistas concluídas, foram realizadas as transcrições e análise dos documentos assim, uma análise de conteúdo sobre os documentos e as entrevistas coletadas.

O critério utilizado é de analisar os objetivos específicos do estudo, com relação aos impactos econômico, social e ambiental, e os seus pontos negativos e positivos. Essa análise permite parametrizar metodologicamente as informações e testemunhos que apresentem um grau de profundidade e de complexidade, assim como, permite ao pesquisador fazer conjecturas de acordo com as características sintáticas e semânticas do corpo do documento (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005; BAUER; GASKELL, 2012). Os dados foram analisados de acordo com as informações da literatura dos autores citados e mediante essas informações foi possível verificar os pontos negativos e positivos de acordo com as entrevistas do campo e literatura estudada e análise documental e observação direta.

3.4. Contexto da pesquisa

O local do estudo é Guiné-Bissau, com foco na Região de Bolama Bijagós, um dos maiores polos turísticos da região, se caracteriza como o principal atrativo do estado que pode gerar maiores divisas em termos de arrecadação, embora mereça uma atenção com relação à questão, econômico, social e ambiental. Mas para isso o governo precisa aplicar uma política pública eficaz, para que as comunidades locais possam beneficiar daquilo que a natureza lhe proporcionou, de uma maneira sustentável. O período compreendido da pesquisa se estende ao mês de janeiro/2016 a novembro a Janeiro/2017.

4. Resultados e discussões

Este capítulo está dividido em quatro partes. No primeiro ápice são apresentadas a Guiné Bissau e situação do turismo; na segunda a região em estudo Bolama bijagós com uma aposta chave do governo para o desenvolvimento do turismo; em terceiro falar do MITUR e as políticas que o governo vem trançando, e a Visão terra Ranka sobre o Turismo; e por fim a discussão dos resultados apresentados é feita na quarta parte.

4.1. Turismo na Guiné Bissau

A Guiné-Bissau fica situada na costa Ocidental da África, limitada ao Oeste pelo oceano atlântico, e ocupa um a área total de 36.125km². O Norte faz fronteira com o

Senegal, a Sul e a Oeste com a Guiné-Conacri, teve a sua independência declarada em 1974, a língua oficial é Português, (ver anexo 1). O seu território é dividido por uma parte continental e uma parte insular, sendo que as últimas englobam arquipélagos dos Bijagós, ver (Anexo 1). O país divide-se em oito regiões, administrativamente os agregados populacionais menores das aldeias são combinadas em níveis crescentes de agregados em seções, setores e regiões. A população total é estimada em mais de 1.514.451 habitantes (INE-GB, 2017), (Ver Anexo 1).



Anexo 1 - Localização da Guiné Bissau-Fonte: INEC (2017).

No contexto econômico, a Guiné-Bissau é membro da União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA), cujos outros integrantes são o Benim, a Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo. Estes oito países contam com um Banco Central único, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), uma moeda comum “CFA” (Comunidade Francófona Africana). Igualmente, faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e a União Africana (UA).

Em termos econômicos no ano que se seguiu ao regresso à ordem constitucional em 2014, se estabeleceu uma dinâmica positiva em Guiné-Bissau. Contudo o país passou por um período de incerteza em seguida. De facto, entre junho de 2015 e dezembro 2016 quatro Primeiros-Ministros foram demitidos. Instalou-se um bloqueio institucional que não permitiu que o Parlamento se reunisse durante o ano de 2016. Apesar deste ambiente político difícil, estima-se um crescimento do produto interno bruto (PIB) na ordem dos 4.9% em 2016, impulsionado por um bom ano agrícola (INEC, 2016). O desempenho econômico permanece assim altamente exposto a choques externos exógenos.

A situação social e o desenvolvimento humano não conheceram mudanças significativas em relação ao ano anterior e a situação global continua a ser preocupante. O país tem um dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH), mais baixos do mundo em, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2016, as indigências ainda são importantes e são ainda mais acentuadas para as mulheres e as populações rurais. A ausência de orçamento para o ano de 2016 e 2017, não permitiu que um planejamento eficaz nos setores sociais fosse realizado, as dificuldades orçamentais devem continuar apesar sobre o sub investimento permanente e a não permitir uma melhoria significativa em termos dos setores chaves da economia como agricultura, pesca turismo, e desenvolvimento humano.

Existem duas estações climáticas do ano, uma seca que vai de Novembro a Abril e outra de chuva que se estende de Maio a Outubro, estando as duas condicionadas pelo regime dos ventos. No Norte Leste o clima é do tipo "sudanes" com muito calor e pouca humidade, enquanto no Sul o clima é do tipo "sub-guineense", caracterizado por uma forte precipitação e temperaturas menos elevadas. A precipitação pode alcançar níveis aproximados de 2.500 mm no Sul concretamente, enquanto no Norte onde fica localizado Bolama bijagós objeto do nosso estudo têm sido registadas precipitações na ordem dos 1.400 mm (INE-GB, 2016).

A Guiné-Bissau dispõe de uma natureza e de uma biodiversidade excepcionais e preservadas. Ela abriga a segunda zona de mangues da África Ocidental, bem como a segunda zona mais importante para a preservação de pássaros. Ela é rica em paisagens florestais e de savanas e de fortes identidades étnicas e culturais onde habitam 13% (26% a termo) do seu território são (serão) de áreas protegidas, que abrigam, quer se tratem de Bolama-Bijagós ou de vários parques naturais no continente, sítios extremamente favoráveis para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo balneário, da pesca desportiva ou do turismo cultural (IBAP, 2015).

O destino turístico guineense é praticamente inexistente para os grandes países emissores de turistas. O número de chegadas turísticas estimado, que não representam mais de 0,4% das chegadas da zona (UEMOA²), União Económica Monetária de Oeste

² A UEMOA visa à integração sub-regional com o propósito do desenvolvimento económico e social dos Estados-Membros, graças à harmonização das suas legislações, à unificação dos seus mercados internos e a aplicação das obras de políticas setoriais comuns nos domínios vitais da

da África, é muito baixo comparado a de outros países insulares, este fraco desenvolvimento do turismo deve-se a várias insuficiências. (GOVERNO REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU, 2014).

Primeiramente, a imagem negativa do destino e o sentimento de insegurança representam dois fatores prejudiciais importantes no nível dos mercados emissores, caracterizado também pela débil infraestrutura de hospitalidade e transporte, por uma ausência de promoção e por um déficit crônico de infraestruturas básicas (especialmente eletricidade) que tornam o destino dispendioso.

O órgão responsável para estabelecer políticas e regulamentos do Turismo é o Conselho Nacional do Turismo, adiante designado por (CNT), com sede em Bissau, é o órgão de assessoramento e consulta que funciona junto do Membro do Governo com a tutela do sector de Turismo, e rege-se pelo disposto no presente diploma legal e por outros que vierem a ser criados e aprovados.

No seu artigo 2º do seu regulamento sua atribuição compete ao CNT:

- a) - Participar na formulação da Política Nacional do Turismo
- b) - Emitir pareceres e recomendações todas as questões do Turismo Nacional;
- (c) - Analisar e dar parecer sobre as legislações existentes e as propostas legislativas;
- d) - Pronunciar-se sobre projetos de empreendimentos turísticos que sejam financiados ou incentivados pelo Estado;
- e) - Propor ações visando o desenvolvimento do Turismo

O país tem vivido ultimamente constante instabilidade política e social, o que faz com o sector turístico entre numa crise em termos de implementação de políticas traçadas e como também chegadas internacionais. De acordo com o ministério do turismo, os segmentos turísticos do país não estão devidamente estruturados, uma vez que existe uma carência de infraestruturas básicas (estradas, pontes, acesso à água potável, iluminação pública, sinalização, entre outros). Além de infraestrutura básica verifica-se a falta de promoção do sector turístico guineense a nível internacional, o que se verifica é que os grandes empreendimentos turísticos no país acabam por fazer a sua

economia (BARROS, 2003). O espaço constituído pelos oito Estados-Membros da União Económica e Monetária Ocidental Africana (Benim, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) conta cerca de oitenta milhões de habitantes e ocupa, no total, uma superfície cerca de 3,5 milhões de km².

própria promoção em algumas revistas e alguns sites nos países que se julgam ser o principal emissor de turistas, mas sem um estudo prévio.

O ministério do turismo tem empenhado na ligação entre Bissau e Bolama bijagós, aposta, para a atração do mercado internacional, na promoção de pacotes que evidenciem o natural, o rural e o ecológico. Há cada vez maior número de turistas que procuram áreas onde o lazer esteja associado ao ecológico, a áreas que permitam a observação de belezas naturais, a prática de caça e pescas desportivas e de reais vivências “africanas”.

Esta aposta pode explorar a via direta, em que o turista venha diretamente ao país pelas suas ofertas, como deverá procurar um programa complementar onde visita os países da sub-região, como ao Senegal, Gâmbia e Guiné-Conakry, são mais próximos e com grande fluxo de turistas, aceitariam permanecer um período na Guiné Bissau e Bijagós, como um destino adicional, e limite geográfico com Senegal e Guiné Conakry), (ver anexo 1)

Outra procura turística são os homens de negócios, técnicos, congressistas, políticos e outros de visita ao país e à sub-região, bem como os estrangeiros residentes que poderão procurar estes pontos turísticos, se devidamente cultivado e incentivado. Em termos de promoção de políticas do turismo o governo através do ministério do Turismo, vem trabalhando no sentido de implementar algumas políticas e estratégias que podem suprir as necessidades que o setor vem deparando há muitos anos.

A execução com sucesso das linhas de orientação estratégica implicará um grande rigor, inovação e proatividade por parte das instituições públicas e do setor privado, para isso foram traçados 6 dimensões que deverão ser implementadas através de 17 planos estratégicos, ver o quadro tal (MITUR, 2016). A materialização dessas seis dimensões requer a execução de 17 planos estratégicos, ao abrigo da orientação política da Secretaria de Estado do Turismo da Guiné Bissau deve envolver todas as entidades nomeadamente: administração central, regional e local, associações setoriais, empresariais e regionais, e empresas direta ou indiretamente relacionadas com a atividade turística.

As intervenções serão de investimento e complexidade variável e com impactos diferentes no que diz respeito aos efeitos de curto, médio ou longo prazo. A implementação deverá ser gerida por uma estrutura cuja direção de monitorização deverá ser composta por elementos da Secretaria de Estado do Turismo. Para isso será

necessário uma forte comunicação alargada aos diversos parceiros do setor turístico-agentes públicos, setor empresarial, e público, para o desenvolvimento de numa cultura de excelência e, para assegurar, mobilização receptividade e envolvimento nas ações de desenvolvimento e implementação do presente plano.

Este plano de atividades, pode de partida parecer ambicioso, mas após uma análise atenta do último levantamento do setor turístico nos países da sub-região (Gâmbia e Senegal), os resultados extraídos nos dois países vizinhos ultrapassaram as mais optimistas previsões. Contrariamente, estudos recentes da Organização Mundial do Turismo revelam que os turistas, especialmente, oriundos de países europeus com destino aos países em desenvolvimento, tendem a escolher destinos onde podem viver experiências e aprender sobre a forma de viver da população local.

Nestes casos os turistas preferem hotéis simples com atmosfera local, gostam de viajar de forma independente (fora dos pacotes turísticos); gostam de ter o máximo de contatos com autóctones e conhecer as suas condições de vida, Bolama bijagós oferece estas condições para turistas que optaram por escolher.

O Arquipélago dos Bolama Bijagós representa uma zona de importância estratégica para a Guiné-Bissau. É a principal zona de concentração de recursos haliêuticos e com maior potencial turístico do país. Considerado também de grande relevância em nível mundial devido ao seu património natural e cultural, é composto de 88 ilhas e ilhotas. Situa-se na Costa Ocidental Africana, ao largo da Guiné-Bissau, no oceano Atlântico, entre os 10°36' e os 11°37' de latitude Norte e os 15°36' e os 16°29' de longitude Oeste e ocupa uma área de 10 200 Km² (INEC, 2016), (Ver Anexo 2).

Cinquenta por cento da superfície terrestre a região é composta por palmeiras, sendo o resto essencialmente ocupado por savanas secas e húmidas. O isolamento relativo destas ilhas, bem como modo de gestão durável dos recursos pelas comunidades locais, explica o estado de conservação dos ecossistemas dos Arquipélagos.

Apesar das crescentes influências externas, a organização da vida sócio-política, cultural e económica dos Bijagós continuam fortemente (ainda que em graus diferentes de uma ilha para outra), condicionadas pelas regras tradicionais, hierarquização da sociedade em faixas etárias, pertença clânica³ e divisão de espaço e

³ Divisão de população dos bijagós em 4 clãs: Oracuma, Ogubane, Oraga, e Ominca.

do trabalho entre os géneros. O princípio de gerontocracia⁴ e a organização em faixas etárias jogam um papel decisivo e regulador no seio da comunidade bijagós, Os mitos, os valores, as normas e as interdições controladas pelos mais velhos regulam o acesso aos espaços e aos seus recursos, impedindo assim a sua degradação, (TINIGUENA, 2011).

A atividade econômica mais predominante em Bolama bijagós⁵, é a pesca artesanal, e a produção baseado essencialmente no agro florestação. O arroz, o principal produto agrícola, é cultivado de uma forma itinerante “m’pampam⁶” sob as palmeiras, o que leva os habitantes a acampar durante longos meses, dado que as zonas cultivadas se situam longe da tabanca (aldeia).

A população de Bolama bijagós mantém-se pouco monetorizada, trabalho assalariado é praticamente inexistente, isso explica o baixo nível de diferenciação social interna e a principal interação comercial com o mundo exterior é a venda ou troca, uma vez por ano da castanha de caju por arroz e outros produtos de primeira necessidade transportados entre continentes (SAID; e ABREU, 2001).

Região extremamente isolada de um dos países mais pobres do mundo, Bolama bijagós apresenta índices de desenvolvimento baixos. De acordo com o entrevistado (6), da tabela (2) *“em causa está a pouca produtividade da agricultura e da pesca e a precariedade dos serviços sociais (saúde, educação, água, eletricidade).”, dada à falta de investimento público e a pouca presença da ONGs na região, Bijagós é apontado regularmente pelas autoridades locais, consultores e profissionais do setor.*

E ainda de acordo com o autor o reconhecimento por parte da (UICN) União Nacional para Conservação da Natureza, a Bolama Bijagós como Reserva da Biosfera, constitui também, um fator de atração para ecoturismo, em geral e para o turismo dos parques naturais em particular, uma categoria de turismo em plena expansão à escala mundial. Em discordância com este potencial, desenvolvimento do turismo nos Bijagós

⁴ Principio que institui direito do mais velho sobre o mais novo, do pai sobre o filho, ou primogênito sobre os irmãos mais jovens, em primeira instância, dos ancestrais sobre os vivos.

⁵ O nome designado a Bolama Bijagós, segundo a divisão administrativa o país se divide em oito regiões, Bolama bijagós referente ao arquipélago dos bijagós.

⁶ Práticas de cultivo de arroz em locais não alagados. Trata-se do período sequeiro.

é vegetativo, a frequência ronda mil visitantes por ano, UICN (2009). Um número várias vezes menores dos arquipélagos tropicais mais oferecidos nos catálogos turísticos um turismo confidencial para retomar a expressão da guia de viagens, um “recanto apenas conhecidos de alguns aventureiros pescadores fanáticos”.

Diversos operadores esforçam-se, paralelamente, para tirar proveito de outro nicho de turismo sustentável em plena expansão a nível mundial: o turismo cultural, “a autenticidade e a tradição” (HAMON; E DANO, 2005). Por detrás deste rótulo, existe uma oferta relativamente pobre: a exibição de trajes e de danças tradicionais visita a aldeias tradicionais, nas quais operador financia geralmente uma ou outra obra social. Em Bijagós apenas o Orango Parque Hotel⁷ propõe uma introdução educacional e pedagógica da história e da cultura das comunidades.

Vale ressaltar que o setor turístico nos Bijagós está limitado no plano da oferta das atividades, a maioria dos empreendimentos, 10 em 17 centra-se na pesca esportiva, sendo clube da pesca controlada pelos franceses, existe somente uma que é gerida por um nacional. Os seus pacotes turísticos são vendidos na Europa através das agências das viagens contratadas. A nível internacional essa especialização faz dos Bijagós, um arquipélago mais conhecido pela pesca desportiva do que os adeptos do turismo e ecoturismo.

Essa demonstração reafirma que a pobreza da oferta turística face às possibilidades potenciais dos Bijagós no mercado turístico mundial encontra a sua explicação no contexto natural da Guiné-Bissau. *“O país está classificado como “zona de risco” onde, por um lado, existem carências múltiplas em matéria de infraestruturas no Arquipélago (transportes, sistema sanitário, acesso à água e eletricidade, saneamento básico, telecomunicações) e, por outro lado, existe uma instabilidade política crónica”.* **Entrevistado (6). da tabela (2)**

Após conflito político militar de 1998, verificou-se enormes falências no seio dos empreendimentos instalados no arquipélago, e as revelação de ligações entre os traficantes colombianos de cocaína e de algumas altas esferas do estado comprometeram os esforços de reabilitação da imagem internacional do país e mantém

⁷ Orango Parque Hotel é um dos lugares mais mágicos que podemos encontrar nas Ilhas Bijagós. Que leva a cabo um projeto de cooperação para o desenvolvimento para pôr em funcionamento um modelo, mas maravilhosas nos Bijagós. Um lugar onde se pode testemunhar os valores da conservação e da sustentabilidade encontra a biodiversidade e a tradição cultural unida no mesmo espaço privilegiado.

a maioria dos investidores internacionais no estado de insegurança. Estes fatores levam com que o ministério do turismo vem enviando esforço a fim de dar nova imagem aos investidores e turistas que querem escolher o destino Bijagós para as férias e práticas de outras atividades turísticas.

De acordo com os estudos feitos pela Tininguena, e Cetre Tri continental (CETRI) em 2012, em colaboração com Instituto Valle Flôr, tem enorme mérito em questionar a equidade da repartição dos custos dos benefícios gerados pelo turismo em matéria econômica, social cultural e ambiental.

Segundo o Entrevistado número (03) descreveu que:

A questão de tornar o turismo na Guiné-Bissau, em particular o arquipélago dos Bijagós, como uma vantagem de promoção do país constitui um grande risco, porque não estão acautelados todos os elementos que permitam uma maior valorização do espaço, mas também conservação daquilo que existe no sentido de proteger as comunidades locais que lá estão e a economia nacional", afirmou o sociólogo guineense", **Entrevistado número 3 da tabela (2).**

Constatou-se no campo que governo não estabeleceu como é que a economia nacional e a do turismo se vão estruturar, dentro de uma lógica de produção econômica, incluindo a criação de emprego. Isso não foi feito e atualmente, daquilo que é a receita do turismo, o Estado da Guiné-Bissau beneficia da menor percentagem. Outra preocupação encontrada pelo fato do turismo esta ser arquitetado só para estrangeiros, que compreendida como quem tem capacidade financeira para comprar serviços turísticos e isso muito desprimoroso.

Este fato tem chamado atenção à população local, na entrevista concedida a um jovem estudante do nível médio, ressalta que:

Falta uma atenção em especial ou uma organização por parte do governo e administração local, com a questão dos empreendedores turísticos que se interessam em investir na região, eles chega e primeiro se interessam em encontrar as autoridades tradicionais, anciãos das tabancas para satisfazer as suas necessidades a fim de facilitar na escolha do local privilegiado para seu empreendimento e têm muitas das vezes com o intermediário as autoridades locais e também de capital Bissau. **Entrevistado número 7 da tabela (2).**

De acordo com entrevistado número 7 da tabela (2) afirma que

Maiores jovens contratados nos empreendimentos turísticos sem contratos firmados, não recebem mínima formação para desempenhar a função especializada, eles terceirizam mão de obra para os países vizinhos Senegal e Gambia que tem como língua oficial francês e Inglês, esses ocupam cargo de gerencia, logística finanças e

contabilidade, enquanto os nacionais acabam na limpeza cozinha e serviços gerais. Entrevistado número 7 da tabela (2).

Numa observação direta do autor, percebeu-se nos entrevistados que na maioria dos casos relatados, as promessas de contrapartidas em bens materiais ou empregos, feitas pelo operador turístico, não foram cumpridas ou foram apenas parcial ou temporariamente. A frequência desta situação de abuso de confiança é favorecida pela ausência de mecanismos institucionais imparciais de fiscalização do respeito pelo controlo realizado entre operador e a comunidade.

Esta demonstração que o Estado está virtualmente na maior parte de Bolama Bijagós e suas ilhas, ausência das autoridades territoriais, como o de secretaria do estado do turismo consiste em recuperar os benéficos, atribuídos de tempos em tempos e relativos às licenças de exploração ou de terrenos aos agentes turísticos, esta forma de gestão, oportunista, é ditada pela necessidade de rendimentos imediatos, favoreceu um desenvolvimento errático do turismo nos Bijagós e a escolha de investimento obedece apenas às estratégias de apropriação do meio ambiente pelos operadores individuais.

4.2. Ministério do Turismo: Estratégias e política pública em curso para o desenvolvimento do sector do Turismo.

Estruturalmente o Ministério do Turismo e do Artesanato está atualmente constituído pela Inspeção Geral do Turismo, Direção Geral do Turismo, Direção Geral de Promoção e Investimentos Turísticos e Direção Geral do Artesanato, que são assim os principais departamentos deste Ministério como se pode ver no organograma que se segue, (Anexo quadro 06).

De realçar que na composição da Direção geral do turismo existe um serviço de fundo do turismo que faz as escolhas das taxas turísticas e dos impostos do turismo, tornando assim um mecanismo financeiro importante destinado á promoção do destino turístico.

O principal Objetivo do Ministério de Turismo para o sector visa promover uma nova imagem da Guiné-Bissau no mercado Internacional de Turismo, de modo a suscitar o interesse dos investidores internacionais em explorar o potencial do património natural nacional, visando criar produtos turísticos viáveis, geradores de empregos e crescimento económico sustentável, neste âmbito foi listada uma serie de ações que constituem estes objetivos, tais ações tangem nos seguintes pontos.

Com os propósitos destes objetivos pude constatar in loco certa ambição e esforços por parte do Ministério concernente em levar adiante as suas ações no sentido de alavancar o sector como futuro pilar do desenvolvimento do país, entretanto as ações são estratégicas e muito ambiciosas, mas exequíveis.

No entanto conclui-se que *“a visão e os objetivos são claros, mas, o grande obstáculo para o alcance do mesmo é a falta de execução dos projetos existentes, com relação aos meios financeiros”*, palavras preferidas pelo entrevistado número 1, da tabela (2). Complementa dizendo, que *“existe certo financiamento para a elaboração dos projetos, o que falta é o financiamento para a sua execução, estado, através do ministério de turismo recorre aos projetos de pequena dimensão que acarretam baixos custos e que estão sob o alcance da instituição”*, conforme está indicado no plano de ação que consiste em:

- Intervenção em zonas turísticas de interesses;
- Criação de um produto turístico;
- Acessibilidades;
- Promoção;
- Capacitação dos recursos humanos;
- Eficácia no relacionamento entre governo e setor privado.
- Modernização empresarial

O plano estratégico Guiné-Bissau – 2025 “Terra Ranka⁸” elegeu o setor turístico como um dos sectores chave para o desenvolvimento do país devido à existência de enormes potencialidades turísticas ainda por explorar. Para transformar o turismo num setor chave está delimitado no plano um núcleo de objetivos globais que serão materializados de acordo com conjunto de ações. Tais objetivos são os seguintes:

- Tornar a Guiné-Bissau e principalmente o Bolama Bijagós um destino eco turístico de excelência a nível mundial;
- Aumentar o número de visitantes de 30.000 para 300. 000 até 2025;
- Ampliar o número de oferta Hoteleira;

⁸ Visão “terra Ranka“ em língua tradicional significa país “começa a caminhar”. O plano estratégico Guiné-Bissau até 2025 é um plano estratégico elaborado pelo governo e com participação todas as camadas sociais guineenses, submetido aos doadores económicos na mesa redonda de Bruxelas em 2015.

- Aumentar o número de investimentos estrangeiros;
- Aumento do número de emprego e renda até 2025.

Entretanto é preciso reconhecer que ultimamente o país passou pelos momentos de instabilidade política o que prejudicou gravemente a sua imagem e segurança. É sabido que em situações como essas o sector turístico é o primeiro a entrar em crise e é sempre o último a sair dela, além de má imagem do país, a falta de infraestrutura básica como estradas, pontes, eletricidade, água canalizada, também prejudicam a Guiné-Bissau.

Com base nos indicadores supracitados e tendo em conta os objetivos globais determinados, o governo optou pela implementação de uma estratégia que será dividida em duas fases: a primeira fase visa transformar o Bolama Bijagós a partir de 2020 um polo turístico importante, com vocação para o ecoturismo sustentável e à pesca desportiva de primeira categoria; e a segunda fase visa aproveitar os resultados dessa primeira experiência dos bijagós para desenvolver o sector turístico em nível de todo país, (VISÃO TERRA RANKA, 2014).

Para isso o plano recomendou uma série de ações que ao serem bem executadas, ajudarão na concretização dos objetivos. Tais ações passam pelos seguintes pontos: elaboração de um programa integrado “Turismo Bijagós”, programa integrado de desenvolvimento das infraestruturas no arquipélago dos bijagós, reformas e fortalecimento institucional do sector, gestão de sítios turísticos no continente.

Esta ação pode ser realizada em conjunto com associação dos operadores turísticos da Guiné-Bissau, (AOTGB), que pode se tornar num elemento muito importante na realização de estudos com vista a eleger zonas turísticas de interesse nacional. Em suma o plano de ação deixou linha mestra de orientações e ações que devem ser desencadeadas para o alcance dos objetivos traçados, no setor turístico principalmente em Bolama Bijagós,

O país dispõe de boas condições climáticas, recursos naturais e culturais indispensáveis à consolidação e desenvolvimento de produtos turísticos atrativos por diferentes zonas, ver (quadro 06): Turismo Ecológico, Turismo de Repouso, Turismo Cultural, Pesca Desportiva, Turismo de Saudades, Turismo de Negócio, Turismo Ornitológico, Turismo Religioso, Turismo Étnico, entre outros. A intervenção nestes produtos envolve o desenvolvimento de ofertas muito bem estruturadas, distintivas e inovadoras, alinhadas com a proposta de valor do país suportadas na capitalização da vocação natural de cada região, que lhes permitam competir, com êxito, nos mercados emissores (IBAP, 2013).

Estes objetivos e linhas de uma atuação estratégica para o desenvolvimento do setor de turismo na Guiné-Bissau, poderão ser materializadas de acordo com o posterior plano de ação que requer uma participação ativa de muitas entidades ligadas direta e indiretamente ao sector turístico.

Quadro. 6 - Potencial Turístico por zona

Zonas	Potencialidades
Zona Centro	O Sector autónomo de Bissau com construções da época do Império colonial português entre eles destacam-se: Os edifícios coloniais, Maria da Fonte, Praça dos Heróis Nacionais, Mão Negra “Mon di Timba” e Fortaleza de Amura; Região de Biombo, nas imediações da Capital, (Sol, Praia, Lazer, Pesca Desportiva), Praias de Quinhamel e Suro e com tecelagem de pano de pente.
Zona Norte	Turismo Balnear e Turismo Cultural Região de Cacheu com maior superfície de mangal do país tem condições propícias para a reprodução de espécies halieúticas; A vila de Varela tem uma praia linda, com enorme extensão de areia branca; O Parque natural dos tarrafes do rio Cacheu tem uma extensão enorme de tarrafes (Mangroves) e é uma zona de desova de peixes e mariscos; Existem ainda as lindas praias de Calequisse, Djeta e Coia, com enorme potencial para o turismo de lazer, turismo de visão e pesca desportiva.
Zona Sul	Turismo Ecológico Caça e Turismo Ornitológico Região de Quinara/Tombali, Com Parque Natural das Lagoas de Cufada que possui maior reserva de água doce do país; Matas de Cantanhez, com densas florestas húmidas e animais como Hipopótamos, Búfalos, Chimpanzés, Manatins e aves de raras espécie; Grande Extensão de areia branca nas praias de Cassumba e Caiar.
Zona Sul insular	Turismo Ecológico, Histórico, Cultural, Ornitológico e Pesca Desportiva. Região de Bolama Bijagós é inquestionavelmente dos mais belos arquipélagos do mundo, composto por mais de 88 ilhas e ilhéus, classificado pela UNESCO em 1996 como reserva mundial de biosfera, estas ilhas mantêm viva uma cultura milenar que os mantêm sempre em contato com a natureza; O Arquipélago é um verdadeiro paraíso, tem parque Nacional Marinho de João Vieira Poilão, onde pode se verificar várias espécies de tartarugas, tem o Parque Nacional de Orango, com Hipopótamos, Crocodilos, Golfinhos, Papagaios, Gazelas pintadas, entre outras espécies de animal; etc.

Fonte: Mitur, (2015).

Os resultados são apresentados de acordo com a ordem das perguntas do roteiro das entrevistas. O presente estudo procurou analisar como as políticas públicas de promoção do turismo impactam no desenvolvimento local sustentável, no econômico, social e ambiental, e seus aspetos positivos e negativos. Permitiu-se também, identificar o nível de conhecimento por parte da comunidade local em nível da importância do turismo face às políticas públicas e respetivas condutas efetuadas pelo poder público.

Bolama Bijagós tem hoje nas mãos um imenso potencial ainda pouco explorado numa área de atividades que já demonstra grande importância econômica: o turismo. O clichê diz que o setor é uma vocação natural em todo o país, mas a verdade é que historicamente a sociedade sempre deu pouca importância ao seu desenvolvimento.

Verificou-se no campo para garantir bem-estar social dessa comunidade o governo guineense aposta na formulação de políticas regulatórias que para, Teixeira (2002), não só orientam os comportamentos dos atores, como atender também vários interesses envolvidos, trazendo-se igualmente de políticas distributivas que mostram certa confiança no mercado como canalizador dos fluxos de investimento de capital para bem estar da comunidade. Nesse sentido procurou realizar uma análise perante um quadro de avaliação dos impactos negativos e positivos estudados anteriormente, na base dos autores especificados.

Quadro 7 - Avaliação de dos impactos econômicos

Aspectos positivos		Aspectos negativos		Fontes
Aumento da renda do lugar visitado		Controle sobre as terras, garante da dependência econômica e cultura das comunidades;	x	Observação in loco
O estímulo de investimentos e a geração de renda	x	Sazonalidade turística		Entrevista com pop. local
O meio de distribuição de riqueza		Mão de Obra Desqualificada na área	x	Entrevista e análises documentação
O grau de adaptação do local à sazonalidade da demanda turística		Inflação e Especulação Imobiliária	x	Observação direta
Aumenta o consumo pelos produtos locais agrícolas ao artesanato, ganhos monetários em consequências com a venda dos produtos artesanais, de legumes e pequenos gados.	x	Dependência Excessiva do turismo Subordinação Excessiva do turismo, e aumento do subemprego.		Entrevista e observação direta

Fonte: Krippendorf (1979), Lage e Milone (2001), Macintosh (1999), e pesquisa de campo.

Em termos de avaliação dos resultados econômicos do quadro 9, mostra que a promoção do turismo nos Bijagós pode se dizer não é rentável, para as comunidades locais de acordo com avaliação feita. Com relação ao estímulo de investimentos e geração de renda, e meios de distribuição de riqueza, são suscetíveis ou retraídos a uma minoria, as vantagens monetárias e materiais que geram não suprem o enfraquecimento de dois pilares do desenvolvimento endógeno: que é a coesão social e a soberania sobre o território, indispensáveis a segurança alimentar local.

Na visão do entrevistado número 1, da tabela (2) “afirma que o setor privado não tem cumprido seu papel no domínio da sua responsabilidade social”. Reforça que o governo cria parcerias com setor privado tem facilidades e dever um com outro, mas depara nesse caso que a regra do mercado se sobrepõe as do governo, de que os investimentos, os créditos as receitas e o volume do movimento turístico só tendem aumentar enquanto as comunidades locais dos bijagós permanecem refém das indústrias de lazer. Isso demonstra que ao longo prazo pode colocar a instabilidade no setor turístico e a comunidade numa situação de dependência altamente arriscada.

“... a criação de empregos é anunciada pelos operadores logo na chegada, como uma prova tangível da sua contribuição para o desenvolvimento econômico de Bolama bijagós, agora que empregos de que tipo se trata precisamente”? **Entrevistado número 7, da tabela (2) e questionários.**

“... mas, é perceptível que sempre é positivo! uma atividade que gera mais emprego e movimento pra cidade, principalmente para os hotéis, bares e restaurantes...”. **(Entrevistado população local 7, da tabela (2)).**

“em causa está à oferta do emprego informal na área turística, pouca produtividade da agricultura e da pesca e a precariedade dos serviços sociais saúde, educação, água, eletricidade, dada à falta de investimento público e a pouca presença da ONGs na região”. **Entrevistado número 7 da tabela 2, com estudantes.**

“... empregos diretos pouco, numerosos e precários, os empregos atribuídos aos Bijagós são absorvidos pelos estrangeiros, a maior parte francesa ou senegalesa: guias, cozinheiros, marinheiros, gerentes, recepcionistas”, (Entrevista com deputado).

“... remunerações pelos autóctones dos bijagós são extremamente baixas, rondam entre os 30.000 FCFA (50 euros) e 45000 FCFA (70 euros), defendem que os contratos, quando existem, são sazonais, cobrindo os seis sete meses de duração da época turística, e os empregados tem mínima chance de ser contratada na época seguinte”. **Entrevistado número 08 da tabela (2).**

Trabalhar apenas numa época afasta os jovens da atividade agrícola, e este processo de abandono do trabalho agrícola não seria problemático se o setor do turismo oferecesse uma alternativa económica viável para um maior número de pessoas, que ao longo prazo, o balanço económico da expansão do turismo para população revela-se globalmente negativo, **entrevistado número 8 da tabela (2).**

Esta é a demonstração que os retornos financeiros não compensam a perda de terras e de coesão internas, estes empregos gerados pelo turismo estão reservados a uma

minoria, e por outro lado ao trocarem terras produtivas por um salário das comunidades pode colocar na condição de dupla dependência em face de mercados particularmente incertos.

A desigualdade da relação de trabalho é forçada pela ausência de qualquer fiscalização por parte das autoridades estatais, e este fato tem impactado nos aspectos econômicos da vida da população local. Por sua vez os operadores turísticos longe de se comprometer de forma genuinamente positivo ao desenvolvimento local, jogam com a informalidade local e as pressões econômicas o que autóctones são sujeitos para desenvolver seus negócios o menor custo e mão de obra barata, fiscalização deficitário.

Com relação o grau de adaptação do local e à sazonalidade da demanda turística, os efeitos da sazonalidade no turismo são bastante complexos de lidar, tanto para as cidades quanto para os empreendedores. As cidades precisam estar preparadas para receber uma grande quantidade de pessoas em determinados períodos do ano, o que demanda infraestrutura.

Tornar o turismo na Guiné-Bissau, em particular o arquipélago dos Bijagós, como uma vantagem de promoção do país constitui um grande risco, porque não estão acautelados todos os elementos que permitam uma maior valorização do espaço, mas também conservação daquilo que existe no sentido de proteger as comunidades locais que lá estão e a economia nacional, como também falta de recursos humanos qualificados. **Entrevistado número 03, da tabela (2).**

Existe certa intuição de que a atividade turística tem trazido qualidade de vida. A expansão das liberdades das pessoas e a remoção das privações de liberdade foram assinaladas como motivos principais, juntamente com fatores econômicos, para que os entrevistados atribuíssem uma percepção positiva relação entre turismo e qualidade de vida.

Outro aspecto positivo relacionado à economia da localidade receptora diz respeito ao efeito multiplicador, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2013) o turismo impacta em 52 segmentos da economia, desde o agricultor que fornece alimentos para os turistas hospedados em um hotel até a construção da estrutura física de um meio de hospedagem que causa impacto no setor secundário, neste caso, na indústria da construção civil. Isto sugere que o turismo opera a partir de uma cadeia produtiva. Por consequência, é possível afirmar que quando se menciona que o fluxo de

turistas cresceu, significa afirmar que, em proporções menores, também houve crescimento no setor primário e secundário da economia.

Os aspectos econômicos negativos que memorizamos para avaliar a contribuição do turismo no desenvolvimento de Bolama Bijagós envolvem a lista de sete mecanismos⁹ elaborados pela Organização Mundial de Turismo no quadro do programa “*Tourism and Poverty Alleviation: Recommendations for Action*”. Estes mecanismos não correspondem conteúdo, a tentativas progressistas “ambiciosas” “mas os regimentos mínimos consensuais a nível internacional”.

No que concerne à procura dos produtos locais tradicionais, por parte dos turistas, e operadores hoteleiros é bem visível, maiores interesses por partes do turista nesse sentido, na maioria estabelecimentos hoteleiros encontrados sempre as decorações os móveis são feitos de produtos tradicionais, fato que pode ser relevante para mão de obra extra da comunidade.

Segundo Barbosa (2002) e Ferreira (2010) legitimam que no plano econômico o desenvolvimento sustentável com base nas políticas públicas do turismo assenta-se na compreensão da reciprocidade entre diferentes setores da localidade, por parte das decisões, para que estes possam realizar as melhores escolhas, guiando-se pelo estímulo da cultura da governação coligada, respeito às peculiaridades, concertações de interesses e construção de programas comuns.

Além de bens de consumo a comunidade que cede o terreno numa praia ou uma ilha desabitada irá beneficiar da atribuição de empregos para os jovens da tabanca, financiamentos para jovens das tabancas, certos serviços sociais, apresentação de uma série de serviços gratuitos pelo operador (transportes de doentes, possibilidades de vender artesanatos e produtos alimentares). Esta forma de apresentar a situação exerce uma forte atração em muitos habitantes locais, então para as comunidades estes são aspectos aparentemente positivos. Vale ressaltar nesse tópico se trata de avaliação dos impactos econômicos positivos e negativos das principais mudanças encontradas.

⁹ 1. Emprego dos pobres no mercado turístico;
 2. Distribuição de bens e serviços às empresas turísticas pelos pobres;
 3. Vendas direta de bens e serviços aos turistas pelos pobres;
 4. Estabelecimento e gestão de empresas turísticas pelos pobres;
 5. Fiscalização sobre a atividade turística que gere vantagens para os pobres;
 6. Fiscalização do respeito pelo contrato realizado entre operador a comunidade;

Foram apontados alguns itens percebidos como sendo negativos e positivos para a comunidade local de acordo com relatos dos entrevistados e questionários aplicados.

Quadro 8. Avaliação dos Impactos sociais

Positivos		Negativos		Indicadores ou fontes
Melhoria da qualidade da comunidade local (criação de infraestruturas saúde);	X	Alienação da comunidade local		Observação direta e questionários
Experiências com os visitantes culturais e modos de vidas diferentes	X	Nativos adoptam características de vida dos turistas em detrimento dos seus		Documentos IBAP
Aumento de níveis culturais e profissionais da população		Aparecimento de fenómenos de disfunção social na família	x	Análise documental e observação direta
Orgulho étnico	X	Desintegração da comunidade		Observação direta

Fonte: OMT (1998), Santana (1997), e Macintosh (1999), e pesquisa do campo.

Em nível social na maioria dos entrevistados com relação à avaliação dos impactos positivos e negativos reconhecem que, “o turismo tem ajudado no desenvolvimento dessa localidade, nomeadamente na implantação de infraestruturas turísticas que não tinham há duas décadas, surgimento de outras coisas novas trazidas pelo turista”. Em nível cultural embora não foi estudado seu impacto, tem proporcionado à conservação das tradições culturais da região, através do resgate de algumas tradições, entretanto identificam como negativa a importação de hábitos que consideram prejudiciais à população.

As comunidades receptoras passam a sentir orgulhosamente da originalidade dos recursos naturais da sua localidade e de suas características culturais, engajam-se nas campanhas preservacionistas e fiscalizam as ações destruidoras dos visitantes, atuando como guias de passeios pelas matas consideradas sagradas.

Outrora preocupados com aceleração de turismo na região, que não está sob controlo total de governo, sabe que o turismo é onde também as meninas ou turistas aproveitam para prostituir, Entrevistada número 7 da tabela (2). Nos Bijagós mesmo com a crescente

onda do turismo na região, mas a questão de etnicidade prevalece, “*aqui falamos o crioulo e as nossas línguas locais normalmente, deixando assim de caráter um sinal de ignorância, inferioridade ou uma condição social mais baixa entre a população, as canções musicas folclóricas nativas, fazem parte do cotidiano do povo bijagós*”. **Entrevistado número (7) ancião da tabanca da tabela (2)**

Um morador da comunidade entrevistado lamenta a forma como os operadores turísticos tiram proveito da região, os operadores dos estabelecimentos turísticos não cumprem as suas promessas como estabelecidas, como reafirma,

na maioria dos casos as promessas e contrapartidas em bens materiais ou empregos feitos pelo operador, não foram cumpridas ou foram apenas parcial ou temporariamente, a periodicidade desta situação de abuso de confiança nos Bijagós é favorecida pela ausência de mecanismos institucionais imparciais de fiscalização do respeito pelo contrato realizado entre operador turístico e a comunidade, Entrevistado número 7 tabela (2) com ancião da tabanca.

Joaquim morador da comunidade e antigo pescador acrescenta ainda que “os bens matérias atribuídos pelos operadores têm uma durabilidade limitada: três a cinco que se refere às folhas de zinco, dois a três anos para motor de uma canoa”. **Entrevistado número (7).** A esperança que se refere de vida de motores de canoas é curto prazo porque não existe uma estrutura de fiscalização e controle in louco.

Segundo discurso de um dos operadores turísticos, que prefere não ser identificado, “*sendo Bolama Bijagós o principal mercado turístico, é de o nosso interesse comercial contribuir para esse fim, mas falta um pouco de conexão com as autoridades responsáveis do turismo, que muitas das vezes se desviam daquilo que é proposto nos planos estratégicos elaborados e da CNT.*”, **Entrevistado número 8 da tabela (2).** Essa primeira impressão merece ser observada, porque antes de mais os operadores se inscrevem numa lógica de rentabilidade em curto prazo, ditada nomeadamente pela precariedade da situação legal.

Para **entrevistada número 7 da tabela (2)**, os projetos sociais financiados muitas das vezes, estão mal acabados operadores financiam obras de solidariedade nas tabancas vizinhas - escola, centro de saúde, poços, mas problema maior é eficácia destes projetos e deve ser vista com precaução”. **O entrevistado número 3, da tabela (2)** “*complementa que grande maioria das obras é executada de forma assistencialista e visa antes de mais, a obtenção da adesão da população local a implantação turística*”.

Lembrando que, a construção de uma escola ou de um centro de saúde não se redige, requer um trabalho de preparação e de responsabilização das comunidades “presentes” de interesse, *“a maior parte dos equipamentos coletivos oferecidos pelos operadores funciona de forma defeituosa, dada a falta de pessoal qualificado e a ausência de estruturas de gestão, como citou um exemplo. da estrutura de ilha de vizinha a Bijagós, estão totalmente defasados em relação à cultura local, como é o caso de orfanato financiando por um operador turístico”*. **Entrevistado número 7, da tabela (2).**

Segundo relato do **entrevistado número 2 da tabela (2)**, explica aspecto da fiscalização nas regiões, aos operadores turísticos, de que *“em oito regiões de todo o território nacional o Ministério do turismo nomeia os delegados regionais e inspetores ligados ao turismo que exercem as atividades de fiscalização e controle e preservação do meio ambiente e espaços, sendo Bijagós com uma atenção redobrada devida sua situação geográfica e atração aos demais”*, uma observação direta consta que a sede do delegado regional mantém sempre fechada, mal funcionam. *Fato relatado por um do entrevistado, que pediu para não revelar seu nome, “os delegados e inspetores aparecem de vez em quando, muitas das vezes quando há uma construção de projetos turísticos ou uns eventos festas comemorativas etc.”*.

De acordo com entrevistado número 7, explica de que:

aqui sempre aparece certos conflitos encontradas de interesses entre operadores a população local e com os turistas, como restrições de circulação de certos sítios sagrados por parte dos bijagós; a ocupação das praias de postura das tartarugas pelos empreendimentos turísticos dos operadores, exemplo da ilha João Vieira (onde há um pequeno complexo turístico de um francês) e a pesca de espécies vulneráveis (tubarão) em algumas ilhas, para fins comerciais entre nativos pescadores da sub-região”. **Entrevistado número 7, da tabela (2).**

Então os relatos anteriores mostram que o turismo para além das oportunidades económicas trazidas viabiliza um processo de inclusão social, porém isso só ocorrerá se houver maior integração entre os atores sociais, baseado no planeamento de suas ações pelas utopias relatadas por Sposati (1999), autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Perante isso se conclui que o turismo como potencialmente uma excelente oportunidade para o encontro entre os povos, não tem sido aproveitado de forma ideal

para esse fim. Em vez de proporcionar a compreensão e os relacionamentos humanos ele favorece as relações econômicas, que permitem apenas os contatos precários, favorecem o lucro e provocam a dependência excessiva da atividade por parte da população das destinações.

Em termos sociais a maioria dos entrevistados e questionários aplicados, constatou-se que o turismo tem ajudado no desenvolvimento dessa localidade, em termos de implantação de infraestruturas turísticas que não tinham há 15 anos e maior aproximação entre os povos. Em nível cultural tem proporcionado à conservação das tradições culturais da região, através do resgate de algumas tradições, entretanto identificam como negativa a importação de hábitos que consideram prejudiciais à população.

Presume-se, no entanto, que as estruturas públicas e comunidades locais não participam ativamente na formulação de políticas públicas do turismo devido o caráter que pode chamar de conservador e centralizado. A população local deixa de cumprir seu papel de participação do desenvolvimento local, são vistos como mero espectador da ação política, tornando-se mais céticos na intervenção pública local e submissas aos desejos dos empresários.

Quadro 9. Avaliação Impactos Ambientais

Positivos		Negativos		Indicadores ou fontes
Conservação e melhoria da qualidade ambiental	x	Custos de preservação		IBAP, Observação direta.
Adoção de mediadas para preservar meio ambientes e áreas protegidas, parques locais.		Aumento de poluição ruídos, ar, água, solo.	x	Análise documental
Maior envolvimento administrativo, introdução de iniciativas de planejamento ambiental.		Falta de interesse na utilização de recursos naturais a competição entre turismo e outras atividades econômicas.	x	Observação direta
Maior conscientização ambiental		Destruição da paisagem natural, fauna e flora.	x	Observação direta

Ocasiona a descoberta e abertura das regiões não habitadas	x	Corrosão das paisagens de habitais históricos e de monumentos		De acordo com a literatura
Conscientização dos limites dos recursos globais		Perda das áreas selvagens Poluição	x	Entrevistas
Ausência de saneamento básico		Poluição dos mananciais e a ausência de cuidados com o lixo gerado pela indústria do turismo	x	Observação direta
Estabelecimento dos limites de uso de terras	x	Uso exagerado do habitat devido a febre do ecoturismo		Mitur

Fonte: Ruschamn (1999) e Cruz, (1999), Smith (1989 p.100), e estudo de campo.

Há uma estreita ligação entre o turismo e meio ambiente, razão pela quais vários elementos do ambiente natural são atrativos para os turistas. E o turismo , em larga escala , pode auxiliar na conquista de proteção do meio ambiente. Se for bem planejado sem sombra de duvida ajuda na conservação das áreas protegidas e a qualidade ambiental.

Aumenta-se a conscientização ambiental no momento em que os residentes observam os interesses dos turistas em relação à conservação do meio ambiente. Já se não for planejado resulta em diversos impactos: poluição da água do ar sonora visual congestionamento, paisagem suja, desequilíbrio ecológico e riscos ambientais como erosão e desligamento.

Na entrevista concedida pelo Coordenador da Célula de Avaliação de Impacto ambiental (CAIA), informou que desde a sua fundação em 10/2010, a Lei de Avaliação Ambiental (LAA) é um instrumento preventivo fundamental para execução de uma política de conservação do meio ambiente, que encontra referenciada em quase todas as leis setoriais, nomeadamente Lei Quadro das Áreas Protegidas, Lei das Minas e Minerais, Lei Florestal. *“com o apoio de atores internacionais, o IBAP e a (CAIA) conseguimos, todavia bloquear algumas vezes os novos projetos de implantação nos últimos anos, em Bolama Bijagós, que poderia colocar em risco o meio ambiente e as espécies raras da fauna e flora”*, (Entrevista com coordenador da CAIA).

“este conquistas são frágeis, temporárias e sistematicamente postas à prova, de cada vez que ocorre uma mudança política, em função dos interesses dos eleitos e das suas coligações com potenciais investidores”. **Entrevistado número (5) da tabela (2).**

“muitos empreendimentos foram erguidos no país sem respeitar a LAA, e nem o Plano Diretor da Cidade, entre outros documentos recomendados, mas não é porque não foram avisados, ou não sabem, simplesmente, por motivos de força maior¹⁰”, **Entrevistado número 5, da tabela (2).**

Pelos relatos dos entrevistados mostra que muitos empreendimentos foram erguidos no país sem respeitar a LAA, e nem o Plano Diretor da cidade, entre outros documentos recomendados, mas não é porque não foram avisados, ou não sabem, simplesmente, por motivos de força maior¹¹. Neste cenário é um risco enorme ter uma instituição como a CAIA e que pode perder o respeito ao nível sub-regional, nacional e internacional.

Os impactos a curto e longo prazo dessas situações sobre os ecossistemas têm uma importância reduzida, constata-se, na sequência disso, uma forma de seletividade nas precauções tomadas pelos operadores.

“toda vez que saímos para a pesca deparamos com a poluição nos rios, restos dos lixo que saiam dos hotéis tipos sacos plásticos frascos, vasilhas, restos de óleos comidas, que muitas das vezes acabam ficando nos tarrafas onde os peixes desovam o que é muito prejudicial para o meio ambiente”. **Questionários sobre impactos ambientais, p. 99.**

“... não respeitam locais considerados sagrados e muito importantes para os bijagós, que é estratégico para operadores turísticos quer ao todo custo construir seus empreendimentos ou espaços de lazer onde bem entenderem, sem se inteirar com a população local”. **Questionários sobre impactos ambientais, p. 89.**

No quadro da informação e sensibilização sobre proteção do meio ambiente e da educação ambiental, muita coisa foi feita pelos Governos anteriores, sobretudo pelas ONGs. Existia um programa tutelados pelos ministérios de Ambiente e da educação Nacional Denominado Programa Nacional de Gestão de Informação, Sensibilização, Comunicação e Educação Ambiental, que tem como objetivo global promover o desenvolvimento sustentável do setor da comunicação e educação ambiental a nível nacional e em especial as zonas insulares nomeadamente Bolama Bijagós. São produzidos boletins de comunicação e educação ambiental nomeadamente.

¹⁰ Pressões públicas

“tinham programas televisivos e radiofônicos específicos sobre problemática de proteção ambiental. Infelizmente esses programas como eram sustentada pelas ONGs internacionais, após sua interrupção por conflito armado 1998, e várias tentativas da sua retomada não lograram efeito positivo”, **Entrevistado número 4, da tabela (2).**

De acordo com um entrevistado número 9, da tabela (2), *as Intervenções na estrutura dos locais naturais, tem um impacto negativo sobre as vidas das espécies que os utilizam como lugar de refúgio e de reprodução, fatos constatado numa ilha, e que por último foi reprovado por técnicos da CAIA e da IBAP.* **Entrevistado número 9, da tabela (2).**

“poluição e perturbação dos ecossistemas o derrame de efluentes diretamente no mar, de dejetos de depósitos ilegais, por vezes perto do mar, resíduos não são destinados para tratamentos: tipo óleo de esvaziamento, ácidos de baterias, produtos químicos, sacos de plásticos, como também as vedetas utilizadas na pesca desportiva equipadas com motor de alta potencia, o que inevitavelmente tem um impacto sob a fauna marinha”. **Entrevistado número 9, da tabela (2).**

E ainda IBAP no âmbito ambiental e da sensibilização do público foram criados ao nível nacional programas específicos, exemplo o programa sub-regional financiado pela União Europeia, assim como o programa “Palmeirinha”, financiada pela Cooperação Suíça, através da UICN. Através deste último, e na base de um protocolo específico se está a introduzir conteúdos ambientais nos programas curriculares dos diferentes níveis do ensino.

A importância da participação de órgãos não governamentais é defendida por vários intervenientes. Há necessidade e urgência atuação em conjunto de deferentes ONGs nacionais e estrangeiras, que como parceiros do Governo, de se desenvolver ações consequentes, através da criação de rádios comunitárias, boletins e revistas específicas, levando a sociedade civil a participar de forma cada vez mais consciente no processo de conservação os recursos naturais e da diversidade biológica nos Bijagós”.

“afirma que a política do turismo é definida pelo Conselho nacional do Turismo, parra realização de planos e estratégias de politicas públicas do turismo, o Mitur contratou uma consultoria internacional portuguesa, Cogedir Gestão de Projetos S.A.”. Management, em conjunto com alguns técnicos do ministério do turismo, da Inep IBAP, e CAIA. **Entrevistado número 4, tabela (2).**

Perante isso, ouve uma discordância por parte das análises das entrevistas, quando perguntado se a população local é consultada ou participam nesse processo disse

que “em certos momentos são avisados”. Então os relatos anteriores mostram que o turismo para além das oportunidades económicas trazidas viabiliza um processo de inclusão social, porém isso só ocorrerá se houver maior integração entre os atores sociais, baseado no planeamento de suas ações pelas utopias relatadas por Sposati (1999), autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

- Em termos económicos a promoção do turismo nos Bijagós pode se dizer não é rentável, tanto para as comunidades locais, como em nível nacional. São suscetíveis ou retraídos a uma minoria, as vantagens monetárias e materiais que geram não suprem o enfraquecimento de dois pilares do desenvolvimento endógeno: que é a coesão social e a soberania sobre o território, indispensáveis a segurança alimentar local. Ao longo prazo pode colocar a instabilidade no setor turístico, e as comunidades numa situação de dependência altamente arriscada.

Por sua vez os operadores turísticos longe de se comprometer de forma genuinamente positivo ao desenvolvimento local, jogam com a informalidade local e as pressões económicas o que autóctones são sujeitos para desenvolver seus negócios a menor custo 9mão de obra barata, fiscalização deficitário. O recurso maciço produtos de importação torna impacto desta atividade sobre a economia nacional negligenciável.

- Em termos sociais o problema mais sensível gerado pelo turismo nos Bijagós reside no modo de apropriação de terrenos pelos interessados ao investimento turístico, isso gera todo tipo de inquietação. São muitos terrenos desejados, situados nas ilhas inabitadas ou praias das ilhas habitadas, normalmente esses espaços isolados constituem um lugar supremo na vida social dos Bijagós.

Esses espaços tem uma função produtiva nas ilhotas são cultivados o arroz itinerante, enquanto as praias são lugares para a circulação do gado – e por outro lado, uma função enquanto locais sagrados, nos quais desenvolvem os principais cerimónias que estruturam a organização interna das comunidades. Outro aspecto que merece a nossa atenção ao longo da entrevista no campo, é que maior parte dos operadores turísticos jogam com as necessidades locais da propriedade e de usufruto das terras. A mercantilização das terras associado ao turismo cria uma dinâmica de competição pelas terras produtivas o que constitui um vetor de conflitos ao longo prazo.

- Em nível ambiental, o turismo como vem sendo desenvolvido no Bijagós não corresponde com as cinco dimensões da sustentabilidade citado atrás do (Quadro 2),

e da Reserva da Biosfera que os Bijagós foram classificados pela UICN. Os regulamentos, na maioria dos casos, não são acatados pelos operadores turísticos, em matéria da preservação ambiental e nas áreas consideradas protegidas.

Contrariamente sobre Bijagós, as ameaças ambientais estão associadas à prática da pesca piscatória artesanais dominadas pelos países vizinhos e alguns operadores turísticos, praticam uma remoção em massa e indiscriminada das reservas pesqueiras e estabelecem acampamentos em algumas ilhotas onde exploram abusivamente os tarrafes¹².

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa é avaliar o impacto das políticas públicas de promoção turística para o desenvolvimento local e sustentável em Bolama Bijagós, e como objetivos específicos pretendeu-se identificar e analisar impactos dessas políticas em termos econômicos, sociais, e ambientais.

No decorrer da pesquisa, verificou-se o esforço por parte do governo na tentativa de articular políticas públicas, através planos estratégicos, regulamentos propostos pelo Mitur, a fim de promover atividade turística nos Bijagós, mas que não tem tido efeito. O desenvolvimento local e sustentável, porém não é visível e, em função disso, a melhoria da qualidade de vida da população local envolvida pela elevação de oportunidades econômicas e conservação de recursos naturais não constitui ainda um fato tangível.

Esta dificuldade pode ser verificada pelo de se manterem aos aspectos de aumento de renda e em sua redistribuição em nível da comunidade local. Esse cenário de injustiça inclusive relatado pelos produtores locais foi verificado pelo fato de comunidade local não possuir poder de barganha, uma vez que o esforço parte do Estado ainda não está viabilizado em nível de economia local. Outra face são injustiças sofridas pelos trabalhadores dos estabelecimentos, o que não afeta somente o bem estar das comunidades locais, como também continuidade da oferta de um produto turístico de em nível internacional.

¹² É um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, zona húmida característica de regiões tropicais e subtropicais. Associado às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa, está sujeito ao regime das marés, sendo dominado por espécies vegetais típicas, às quais se relacionam outros componentes vegetais e animais.

Verificou-se carências no planejamento do processo político administrativo de desenvolvimento de políticas públicas no que tange:

- Á elaboração das políticas públicas especialmente a nível local. Observou-se que as infraestruturas locais são ineficientes pelo fato ainda de não estarem envolvidas funcionalmente na execução dos programas do desenvolvimento do setor e por não dispor de recursos para a realização de atividades como inspeção, mobilização local.
- Observou-se que o Estado dá menos atenção à parte insular do país, razão pela quais poucas atuações encontradas no sentido de melhorá-lo ou abranger as comunidades no processo.
- A construção de políticas públicas turismo, é limitada às convicções e ao poder de decisão do governo central, não envolvendo a maioria das demandas das comunidades locais.

Durante o percurso deste trabalho percebeu-se a importância que o turismo tem para a economia de uma região e consequentemente de um país, em que pese em certos aspectos, o turismo ser bastante criticado, por trazer alguns pontos negativos para a população local e para o ecossistema de uma região.

Nesta perspectiva o turismo aparece como um instrumento de implementação de ações que gerem desenvolvimento local. Se bem planejado e sob o enfoque de sustentabilidade, deve ainda considerar as peculiaridades, da localidade em que as ações serão desenvolvidas, levando em considerações as características muitas das vezes únicas das comunidades. O seu planejamento deve ser de forma particular, que valorize a participação da comunidade local e que esta tenha real interesse em uma atividade que transforme a região, possibilitando a criação de uma identidade social, cultural e ambiental.

Essa pesquisa verificou uma situação comum nas comunidades e tabancas¹³ desse litoral guineense: a presença de turistas atraídos pelas belezas das praias naturais transforma economia da região em dependentes do turismo, quando antes predominava a pesca artesanal e atividade agroflorestal. Essa dependência agrava-se por ser uma

¹³ Tabanca significa vila ou aldeia.

atividade marcada pela sazonalidade que concentra a movimentação econômica em uma determinada parte do ano.

Analisando a percepção dos moradores, comunidades locais, conclui-se que o turismo em Bijagós não é visto como atividade geradora de empregos e de oportunidades para a comunidade local. As mudanças ocasionadas não são encaradas de maneira positiva pelos moradores, mas como um de dependência econômica, que necessita ser minimizado, uma vez que constitui uma atividade sazonal, e como tal, traz instabilidade para a vida econômica da população.

Duas alternativas foram sugeridas como soluções para superar o problema da sazonalidade: a primeira delas é a promoção do ecoturismo e turismo ecológico. Essas modalidades turísticas estão ligadas a natureza e estimulam a prática de caminhadas, passeios ao ambiente natural em pé, através das trilhas ecológicas, ou por meio de veículos tração animal, aproximando o homem da natureza. Bolama Bijagós apresenta como litoral mais completo para à prática de modalidades de atividade do ecoturismo, e turismo ecológico.

De acordo com Ruschman (2002), o crescente encanto mundial pelos programas voltados para o turismo de aventura ou turismo “verde” que proporciona contato direto do turista com a natureza, faz com que Bijagós se posicionou como uma destinação ideal para esse novo e promissor e segmento do mercado turístico. Há necessidade de o governo criar um plano de ação para promover turismo nacional de modo que possa incentivar os guineenses, mostrando a oportunidade que o turismo traz. Esse esforço possibilitaria a o envolvimento da comunidade local com a formulação de políticas de promoção, usufruindo da atividade turística como empreendedores.

A segunda alternativa poderia ser a promoção e divulgação de eventos para essa região referentes períodos de festas e outros eventos especialmente os de natureza cultural. Desta forma a região atenuaria os efeitos negativos do turismo sazonal, passando a contar com visitantes durante todo ano na região. São alternativas e sustentáveis, pois ambas envolvem a natureza e a comunidade local.

Salienta-se que essa mudança do enfoque turístico depende da participação da comunidade na tomada de decisões, que, no caso dos Bijagós ainda se envolve muito pouca nessas questões. Mesmo existindo associações locais, a população não se mobiliza nas discussões de planejamento e de desenvolvimento turístico na região, principalmente em debates de temas ligados ao acesso à localidade.

Para proporcionar o desenvolvimento local sustentável implementado a partir de atividade turística há que se sobrelevar a sazonalidade, mudar o comportamento participativo dos moradores, valorizar o poder local, criar a consciência ambiental e fortalecer a identidade local numa nova realidade social.

É importante analisar os caminhos a percorrer em busca de sustentabilidade proposto por Sachs (2002), alcançando assim novos níveis sociais, ambientais, culturais, espaciais e econômicas. O desenvolvimento local sustentável não poderia estar vinculado apenas à geração de emprego, à sobrevivência da população, às mudanças de vida, mas, sim a uma vida com qualidade. Também há necessidades de promover ações que capacitem as comunidades como fornecedoras de mão de obra. Essas ações devem ser desenvolvidas paralelamente através da criação de programas específicos em que possam interagir os três principais atores de desenvolvimento local: investidor, setor público, comunidade local.

Bolama Bijagós apresenta tem condições de alcançar desenvolvimento local com o turismo, mas para isso, a população precisa mudar suas prioridades e incorporar os objetivos de sustentabilidade. Os moradores precisam ser incentivados a se envolverem no processo de planejamento e formulação de políticas que visam à melhoria da região. Além disso, é necessário, aumentar a conscientização sobre a importância do meio ambiente da participação comunitária e da cultura local. Essa pesquisa mostra que o turismo pode ser um agente de desenvolvimento local para as comunidades, desde que a população local participe e sejam consultados da tomadas de decisões relacionadas às políticas públicas do setor.

Conclui-se que, a implantação de políticas de turismo é uma diretriz condicionante para o desenvolvimento turístico em Bolama Bijagós, no momento que se articula políticas setoriais, relacionando-as com os interesses da indústria turística. O turismo é visto como um promotor de melhorias na distribuição de renda, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável e local, quando trabalhado nos pilares sociais, locais, políticos, privados e ambientais. Cabe aos governos, setores privado, comunidade e organizações não governamentais de turismo, determinar prioridades no que concerne ao desenvolvimento, de forma que ocorra a contribuição eficaz das políticas públicas.

Outra questão interessante em que o governo poderia confiar para a maximização dos benefícios das atividades turísticas seria a criação de políticas que promovem uma maior intervenção dos estabelecimentos com arranjos produtivos locais,

criando nesse caso atrativos que estimulem o consumo de produtos locais históricos, apresentações de danças tradicionais eventos gastronômicos, entre outros.

Este estudo apresentou algumas limitações. Primeiramente Uma das maiores dificuldades encontradas na elaboração desse trabalho/pesquisa foi o acesso a dados sistematizados/organizados. Em Bissau ao se realizar qualquer estudo de caráter científico, seja ele no campo de ciências sociais ou outras áreas afins, teremos pela frente um caminho de extrema dificuldade, uma vez que o acesso aos dados e a sua respetiva organização é ainda bastante precário. Esses dados existem, mas são, por vezes, estabelecidos de forma desorganizada, o que acaba por dificultar o seu acesso.

Durante a construção da pesquisa foram detectados alguns obstáculos, como a impossibilidade de agenda com o ministro do Turismo. Apresentou-se ainda a dificuldade de realizar entrevistas com alguns atores envolvidos processo de implementação de políticas públicas do turismo na Guiné-Bissau. A própria ideia como é “realizado” ou “parcialmente realizado” é um obstáculo à pesquisa, já que a avaliação de uma ação de cunho qualitativo, sem delimitação de índices e percentuais indicativos de conclusão tem um caráter subjetivo.

Outras sugestões das pesquisas futuras são:

- Sugere-se ainda um estudo sobre a criação da marca “Guiné-Bissau destino turístico”.
- Sugere-se ainda que outra pesquisa passa pela uma investigação dos modelos apropriados da procura e a oferta\ turística para o turismo na Guiné-Bissau e em especial em Bolama Bijagós.

5. Referencias bibliográficas

African Tourism Monitor, Unlocking Africa’s Tourism Potential(2015). Disponível em:https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Africa_Tourism_Monitor__Unlocking_Africa%E2%80%99s_Tourism_Potential_%E2%80%93_Vol_1. Acesso em 28 de julho de 2017.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8 ed. São Paulo: 2002.
BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARRETO, M. **Manual iniciação ao estudo do turismo** 13. ed. Campinas: Papiro, (2003).

BIAI, J., Campredon, P., Ducroq, M., Henriques, A., Silva, A. **Reserve de Biosphere de l'archipel de Bolama/Bijagós**. Guiné-Bissau, 2003. p. 56

BERNATETS C. (2009), Les Bijagós: des communauté soubliées, des îles magnifiées, Tese de Doutorado em geografia, Museu Nacional de História Natural.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia do planejamento**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

BENI. Política e estratégia de desenvolvimento regional: Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri (org). Turismo e desenvolvimento local 3ª edição São Paulo: Hucitec, 2003, cap.6.

BENI, Mario Carlos. Análises estrutural do turismo. 4ª edição rev. São Paulo: SENAC, 2001.

BARABOSA. L.G. Os impactos do turismo e sua implicação nas políticas públicas. O caso do Município de Macaé-RJ, Brasil In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD, 7 2002, LISBOA. Anais... Lisboa 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27148/tde-22072009-184146/>>. Acesso em 25 novembro 2017.

BORTOLOSSI, Simone. C. F. JÚNIOR, Oklinger M. SAMPAIO, Carlos A. C. GUZZATTI, Thaise C. **O programa de regionalização do turismo em Santa Catarina: estudo de caso sobre o vale europeu**. In: PIMENTEL, Thiago D. EMMENDOERFER, Magnus L. TOMAZZONI, Edgar L. Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. EDUCS, p. 285-316, 2014.

CAVACO. Carmina. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais São PAULO: Hucitec, 1996, 1996. p.94-176.

CAVALCANTE, P.A. Sistematização comprando os enfoques de avaliação e de análises de políticas públicas: Uma contribuição para área educacional 2007. ((Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas 2007).

COELHO, F. FERNANDES. I. P. Economia do turismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CHOI. H.S.C.; SIRAKAYA. E. **Sustainability indicator for managing community tourism**. *Tourism Management*, Oxford v.14 n. 5, p-1274-1289, 2005.

COELHO, S. D.; MOTA, K. N.; VASCONCELOS, F. P. **A visão da comunidade na implantação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida. Políticas Públicas no bairro de Grande Parambu**, Fortaleza-CE. *Turismo Visão e Ação*, v.17, n. 1, p. 210-240, 2015.

COOPER, D.; SCHONDLER, P. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7ª edição. São Paulo: Bookman. 2006.

COOPER C. Turismo: Princípios e práticos. 3ªed. São Paulo: Bookman, 2007.

CORTES, S. M. V.; LIMA, L. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, v. 87, p. 33, 2012.

CRUZ, R. (2001). Introdução a geografia do turismo. Roca São Paulo.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J.C. **Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma Proposta de Modelo Sistêmico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local**. Revista de Administração Contemporânea - [online]. 2005, vol.9, n.spe2, pp.63-79.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: **política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DELNET (2004). Turismo e Desenvolvimento Local e Sustentável: elementos para um debate. Revista Eletrônica Notícia Delnet, 24 de abril – maio 2004: conclusões da reunião internacional de especialistas organizado programa Debel CIF/OIT.

DECRETO n. 8/2005, de 12 de julho – Criação da área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas. Guiné-Bissau.

DREDGE, D, Place chance and Tourism development conflict: **evaluating public interested**, Tourism Management, Nathan, v. 31, n. 1, p. 104-112, 2010.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FISCHER, T. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão. Introdução a uma agenda. In: FISCHER, T.(org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teórico e avaliação**. 1. ed. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FADINI, A.A. B; FERMINO, E.S.; Hoefel, J.L.M.; Suarez, C.F.S. **Políticas públicas e participação social: perspectivas de turismo sustentável em Vargem (SP)**. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.3, n.1, 2010, pp.91-10. Qualis B3 <Acesso em 29 de novembro 2016>.

FERREIRA, L.S. **Organização das Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Diretrizes nacionais e fragilidades**. XVI Semana de Humanidades. 2008. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT24/ORGANIZAÇÃO%20DAS%20POLITICA%20PUBLICAS%20DE%20TURISMO%20%NO%20%BRASIL.pdf>> >>>. (Acesso em 25 de dezembro 2015).

FRANCO, Augusto de. **Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Revista Século XXI, Brasília, n.3, jan. 2000.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed.- São Paulo : Atlas, 2001. GUINÉ-BISSAU. Secretaria de Estado do Ambiente e do Turismo. **Relatório de Balanço da Guiné-Bissau para Cimeira Rio +20**. Bissau, maio de 2012.

GUINÉ-BISSAU: **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza** – DENARP II, 2011.

_____. GUINÉ-BISSAU: **National Poverty Reduction Paper (Interim)** – DENARP, 200.

HALL, C.M. Planejamento do Turismo: Política, processos e relacionamentos. 2ª edição São PAULO: Contexto, 2004.

HAMON V. et Dano F. (2005), Tourisme durable et quête d'authenticité et de tradition: l'anthropologie au service du marketing, Working paper n°724, Centre d'études et de recherche sur les organisations et la gestion, Université de droit, d'économie et des sciences d'Aix-Marseille.

HOWLLET, Michael, Ramesh, M., & Perl, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOWARD, C. The policy cycle: a model of post-machiavellian policy making? Australian Journal of Public Administration, Malden v. 64, n. 3, p. 3 – 13 Sept 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j14678500.00447.x/pdf>> Acesso em 28 de Julho de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DA ESTATÍSTICA. **Estatística básica da Guiné-Bissau, 2014**. INE-GB. Bissau, 2014

INSTITUTO DE BIODIVERSIDADES DAS ÁREAS PROTEGIDAS –(IBAP-GB 2006). Disponível em: www.ibapgbissau.org.org. (Acesso em 19 de novembro 2017). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2013). Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/...>>. Acesso em 22 mar. 2018

IBAP et al. (2003), Plan de gestion de la zone côtière des îles Urok (Formosa, Nago & Chediã), Bissau, Novembro 2003.

JARDIM, G S. Políticas Públicas e turismo em nível local: o caso de porto Murinho – MS. Revista Global de Tourism., Mato Grosso n.1, 1-2006.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão das viagens. São Paulo: Hucitec, 2000.

KRUTMAN, H.M. **Fatores críticos no êxito da gestão de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS)**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) COOPE/Engenharia de Produção, 2004 118p. Tese de Doutorado. Acesso em 10 de Março de 2018.

LAGE, B. e MILLONE, P.C. ECONOMIA do Turismo. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA M. L. O. F.; MEDEIROS, J.J. Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais. *Revista de Administração Pública* v. 46, 5, p.1251-1270, 2012.

LEEF E. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela 2ª edição São Paulo: Cortez, 2002. 240 pg.

LEMONS L. Turismo: que negócio é este? CAMPINAS: Papirus, 2001

LINDBLOM, Charles E. "The Science of Muddling Through", *Public Administration Review* 19: 78-88, 1959.

LASWELL, H.D. (1936/1958). *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books.

LOPES, A. O.B; TINOCO, D. S; SOUSA L. M. **Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo**. Vol.p.616. <Acesso em 12 de maio 2016>.

MACINTOSH. Robert. W. GOELDNER, Charles C. *Tourism: principles, practices, philosophies*. Nova York: Bookman, 1999.

MINISTERIO DO TURISMO DA GUINÉ-BISSAU,> (2013). Disponível em: <http://www.minturgb.gov.org>. (Acesso em 29 de dezembro 2015).

MARTINS, Gilberto A. & THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILANI, Carlos RS. O Princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública* 42.3(2008): 551-579.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MAYAN, M. J. **An introduction to qualitative methods: a training module for students and professionals**, Edmonton, Universidade of Alberta, 2001.

MOTA, L.F. de O. Implementação de políticas Públicas em quadros de Public Governance – colaboração Inter organizacional como fator chave: o caso de centro novas oportunidades Distrito de Lisboa. 2010. 133 p.(Mestrado em Sociologia das Organizações do Trabalho) Universidade Técnica de Lisboa. 2010. Disponível em: <https://www.repositor.utl.pt/bistream/10400.5/3016/2/dissertação_Luis_Mota.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2017,

MINTZBERG, Henry; JORGENSEN, Jan. Una estratégia emergente para la política pública. **Gestión y Política Pública.**, v.1, p.25-46, 1995.

NASCIMENTO, Ana M. V. do; ROCHA, Lorena K. S.; AZEVEDO, Francisco F.; MORAIS, Ione R. D. M. **Turismo e transformações sócio espaciais: uma aproximação teórica e conceitual**, *Turismo e Sociedade*, v. 6, p. 388-407, 2013.

NASCIMENTO, Sueli D. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as Políticas Públicas. **Serviço Social & Sociedade**, v. 101, p. 95-120, 2010.

OFICINA SOCIAL: **Multiplicadores Comunitários de Cidadania. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia Social Trabalho e Cidadania**, 2001. 92p. (cadernos da Oficina Social). Acesso em 04 de Dezembro 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Introdução ao turismo. Amparo Sancho (dir. red.). São Paulo: Roca, 2001.

----- (OMT). Guia de Desenvolvimento do turismo sustentável. Porta Alegre: Bokmam, 2003.

----- . Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatorio DO Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2016.

OLIVEIRA, M. S.; ROSSETTO, A. M. **Políticas públicas para o turismo no Brasil – Evolução e perspectivas de crescimento para o setor**. Revista Turismo e Visão, v. 15, n. 3 p. 322-339, 2013. <Acesso em 21 de DEZEMBRO 207>.

QUIVY, Raymon; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**: Trajectos. Gradiva. 4 ed. 2005.

PIRES, M. J. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001.

ROBSON, Colin (2002). Real World Research: a Resource for Social Scientists and Practitioner Researcher. Oxford: Blackwell.

RUSCHMANN, D. V. de M. (1997). Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente. Campinas, São Paulo: Papirus.

RUSCHMANN, D. V. M. (1999). O Planejamento do Turismo e a Proteção Ambiental. (4a ed.). Campinas: Papirus.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. 7. ed. Campinas: Papirus 2001. Cap. 3.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Assembleia Nacional Popular**: Constituição da Guiné-Bissau, 1996.

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU: Artigo 4º decreto 2016, Carta da politica Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau.

REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU (2011), Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II), Versão Final, Ministério da economia, Plano e Integração Regional, Bissau, junho 2011. Acesso em 10 de dezembro 2017.

SAID A. R.. et Abreu A. (2011), A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária de Urok: Dinâmicas, Constrangimentos e Potencialidades, estudo realizado no quadro do projeto “Urok Osheni! -Conservação, Desenvolvimento e Soberania nas Ilhas Urok”, Bissau. Acesso em 10 de Janeiro 2018

SAMPIERE, R.H.; COLLADO C.H.; P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, Everton Rodrigo; NUNES, Margarete Fagundes. **Capital social e políticas públicas: um estudo comparado no Vale do Rio dos Sinos**. Revista Administração Pública, v. 50 n. 1, p.129- 149 2016.

SANTANA, A. Antropologia y turismo: nuevas hordas, viejas culturais? Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp. 1999.p. 266.

SANTOS, V.; CANDELORO, R.J. Trabalho acadêmico: uma orientação para pesquisas e normas técnicas. Porto Alegre: FGV, 2006.

SARAIVA, E. **Introdução à teoria da Políticas públicas**. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas. Brasília, DF ENAP, 2006.p. 21-42.v.2.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SIMON, Herbert. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez. 2006, p. 20-45.

SOUSA, M., & Baptista, C. (2011). Como fazer investigação, Dissertações, Teses e Relatórios. Lisboa: Ed. Pastor.

SOLHA, Karina Toledo. **Política de Turismo: desenvolvimento e implementação**. In: RUSCHUMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. Planejamento Turístico. São Paulo: Manole, 2006, p. 90.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, A.P.N. **Contribuições do Turismo para O Desenvolvimento local**. Cultur, ano 09- n.01 Fev./2015- Revista Cultura e Turismo.

SMITH, V. **Anfitriões e convidados**. Antropología del Turismo. Madrid: Endymion, 1989.

SPOSATI, A. *A exclusão abaixo do o nível do equador*. In: VERAS M.P.B., S. Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugman. São Paulo: Educ, 1999.

TONINI, H. Políticas Públicas e Turismo: Ecoturismo no Vale dos Vinhedos/Rio Grande Sul **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, Passos, v. 6, n. 3, p. 2013-229, 2008.

TEIXIERA, E.C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade, Bahia. 2002. Disponível em: www.canal16.com.br/FIOpdf/11PSI.pdf Acesso em: 01 de janeiro 2018.

TOSUN, C. Rotss of unsustainable tourism development at the local level: the case of Urgup in Turkey. **Tourism Managements**, Iskenderun, v.31, n.12, p.595-610, 1998.

UNTWO - Tourism Highlights 2016. Acesso em: 02 dezembro 2017.

UNESCO Reserve de Biosphere de L'archipel des Bijagós, in <http://www.unesco.org/em/tentativelists/5081/>- 2010. Acesso em: 15 de Novembro 2017.

VERGARA S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração 3ªedição. São Paulo: Atlas, 2000.

VIOTTI, E. Ciência e tecnologia, para Desenvolvimento Sustentável Brasileiro. In: BURSTYNM. (org.) Ciência ética e sustentabilidade desafios novo século, Brasília: Cortez, 2001.

Yin, R. K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porta Alegre: Bookman, 2001.

-----,

2005

YOUELL, Ray. **Turismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

APENDICE A.

Survey de experiência.

8.1. Roteiro de entrevistas com Turismo do Ministério do Turismo. (MITUR)

a) No que tange o processo de elaboração de políticas públicas do turismo

1. Qual é a capacidade do setor de turismo na região de Bolama Bijagós de gerar renda emprego, e proporcionar uma melhoria da qualidade de vida?
2. Existe algum tipo de estudo realizado sobre a criação e implementação e projetos públicos ou privados? E como são feitos os estudos?
3. Como funcionam os processos de laboração de programas públicos no setor do turismo? Os participantes são governamentais nacionais ou estrangeiros?

4. Quais as etapas e as instituições que participam na elaboração das políticas públicas do turismo.
5. Com relação aos profissionais envolvidos no processo de elaboração de políticas públicas do turismo, existe recursos qualificados para a sua instrumentalização?
6. O turismo é um assunto de interesse prioritário na agenda de políticas do nosso governo? Por quê?
7. Que programas específicos estão sendo implementado no âmbito das áreas marinhas protegidas? Quais os planos do desenvolvimento turístico para área de estudo?
8. Existem associações civis participam nas atividades do turismo?
9. Que facilidade o estado oferece para os operadores locais e estrangeiros?
10. Qual a dimensão que mais enfatizam social econômico ou ambiental?
11. Qual o modelo do desenvolvimento turístico definido para Guiné-Bissau?

Apêndice B. Roteiro de questões para INEP e CAIA

- 1) Como foi criada Essa instituição? Existe um plano de zoneamento turístico de estrutura ou de aproveitamento do turismo?
- 2) Qual é o papel que a CAIA desempenha junto do governo?
- 3) Em que momentos os técnicos participam na criação de empreendimentos turísticos?
- 4) Dependendo da categoria do estabelecimento há necessidade de um estudo dos impactos ambientais para sua implementação. Que instituição é responsável pelo diagnóstico?
- 5) Quais são os parceiros locais do CAIA?
- 6) Tem havido capacitação no âmbito da educação ambiental e gestão de recursos naturais por parte da CAIA para a população Local?
- 7) A CAIA é consultado em todo território nacional para construção de qualquer empreendimento que pode afetar meio ambiente ou que pode trazer insustentabilidade?
- 8) A nível regional tem reconhecimento tem reconhecimento? Quem são os parceiros?

Apêndice C. Roteiro de questões para IBAP.

- 1) Como funciona o IBAP? Quem são os parceiros.
- 2) Qual é o papel do IBAP na gestão das ilhas, e nas zonas consideradas marinhas e protegidas?

- 3) Existem espécies raras de animais ameaçadas em Bolama bijagós? Existe parque de diferentes espécies em Bolama Bijagós?
- 4) Como são geridas as áreas protegidas? Existem conflitos de interesses que a organização enfrenta? Quais?
- 5) O que diferencia Orango Parque hotel dos demais estabelecimentos turísticos em Bolama Bijagós?

Apêndice D

Instituição que disponibilizaram documentos
Ministério do turismo da Guiné-Bissau
Instituto da biodiversidade das áreas protegidas
Tiniguena
Célula da avaliação de impacto ambiental
Inspeção geral do turismo
Instituto Nacional de estatísticas e Censos

Análise documental

- a. Caracterização da área de estudo
 1. Bolama bijagós possui quantos estabelecimentos turísticos? quais são serviços e empregos ofertados?
 2. Quais são os principais problemas ambientais em Bolama bijagós?
 1. Existe um programa de promoção do turismo na região? Quais?
- b. Estruturas das políticas públicas do setor do turismo estão organizadas?
- c. Processo de elaboração das políticas públicas do turismo é feito em colaboração com a população?
- d. Regulamentos do MITUR
- e. Funcionamento da IBAP

Roteiro da observação direta

- a. Caracterização da atividade turística
 1. Participação da comunidade e setor privado na definição e implementação dos programas governamentais.

2. Condições das infraestruturas instaladas
3. Condições de acessibilidade
4. Relações entre turistas e populações

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com a população local

Caracterização da área de estudo.

- 6) Quais as principais atividades econômicas das populações?
- 7) Qual é a principal fonte de rendimento da população?
- 8) Quais são as relações existentes entre a população e os estabelecimentos turísticos?
- 9) Quais os benefícios e prejuízos que o turismo tem trazido às comunidades locais?
- 10) A mão de obra do turismo é rentável e formal na região?
- 11) Que benefícios o turismo trouxe para região? Considere de positivo u negativo?

Apêndice E. Questionários

Impactos econômicos

1. A atividade econômica tem crescido com o turismo?
2. Existe uma estimativa sobre o percentual da participação do turismo na economia local ou regional?
2. Existem fontes de crédito para empreendedores locais ligadas ao turismo?
5. Quais os principais negócios locais alavancados pelo turismo?
6. A renda (salários ou outro tipo) de quem trabalha em turismo é mais elevada que a dos demais?
6. A atividade do turismo é liderada por nacionais ou estrangeiros?
7. Há algum incentivo, recomendação ou capacitação para abrir novos negócios na área turística?
8. Há sazonalidade? A sazonalidade causa desemprego? Há aumento de oferta de produtos e serviços nas épocas de alta?
9. Com relação a produtos tradicionais da região, tem sido procurado pelos turistas? Se considera uma renda extra boa?

Impactos Sociais

1. A comunidade local está organizada? Como? Quem são as lideranças?
2. A organização da comunidade teve as atividades turísticas como motivação importante?
4. Há disputas / conflitos entre atores? Quais grupos de atores? Quais os interesses e conflitos?
5. Os responsáveis pelas áreas protegidas interagem com os outros atores? Os problemas são discutidos? Há algum canal formal e permanente de participação?
6. Existem alianças ou parcerias interinstitucionais e/ou inter setoriais voltadas para o acompanhamento e o planejamento das atividades ligadas ao turismo ou para a implementação de iniciativas ligadas ao turismo?
7. Há populações tradicionais? De que tipo? Elas têm sido impactadas com o desenvolvimento do turismo? De que forma?
8. Há fóruns de participação voltados para o planejamento e a gestão do turismo? De que forma as populações participam?
9. A utilização de recursos passagem, acesso a locais sagrados, uso extrativo de recursos é feita de comum acordo com essas populações?
10. Algum costume ou tradição tem sido afetado pelo turismo? Qual e de que forma?
11. Comunidades locais têm abandonado atividades tradicionais devido ao turismo?

Impactos ambientais:

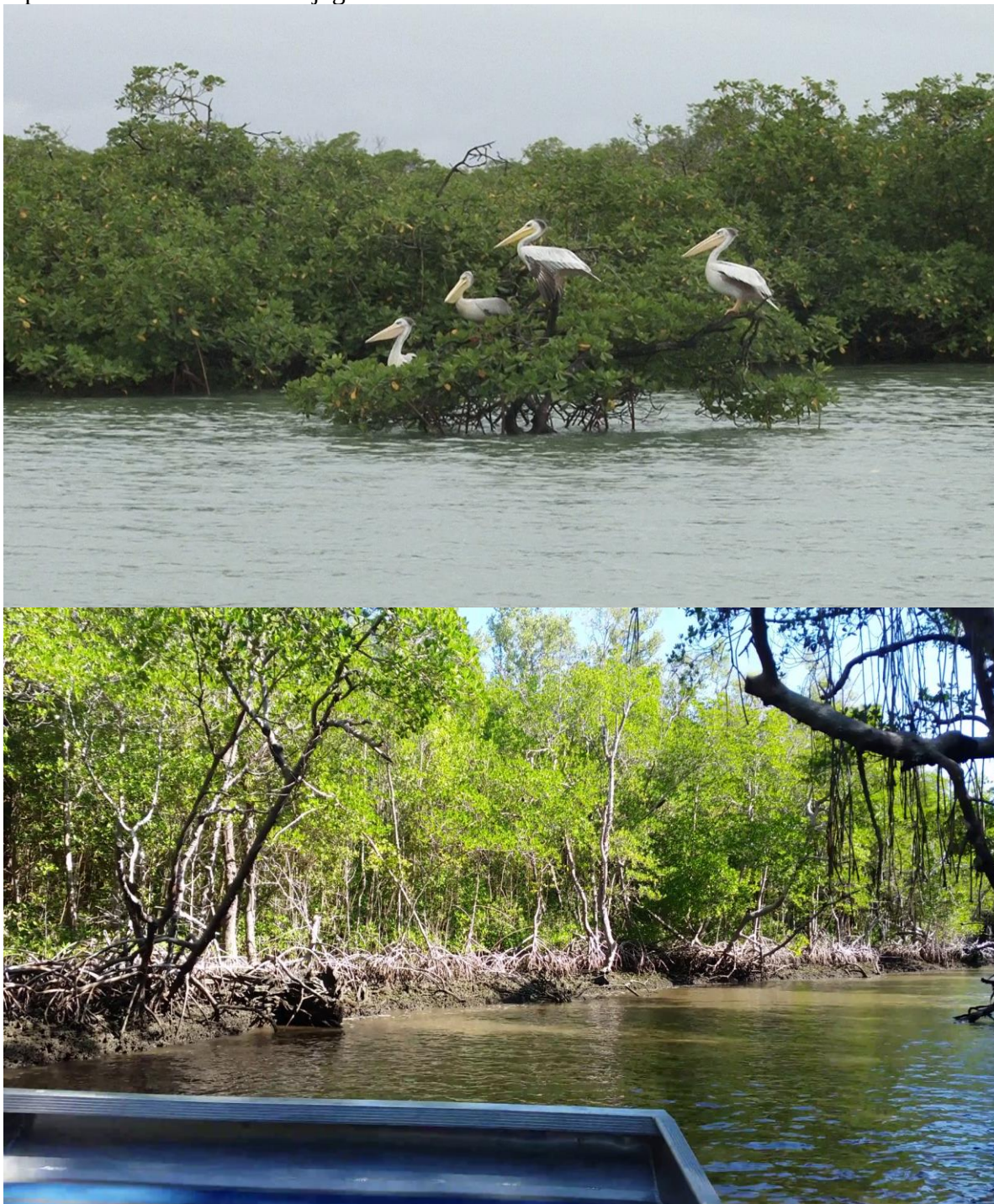
1. Existe uma sensibilização voltada sobre meio ambiente, realizado pelo governo ou ONGs na região?
2. A população sabe da importância dos recursos naturais, nomeadamente fauna e flora?
3. Existem conflitos locais com relação aos proprietários dos estabelecimentos turísticos na região? Que tipos de conflitos são mais verificados?
4. O turismo tem impactado o meio ambiente na comunidade? De que maneira? E o contato com outros povos tem sido experiências boas?
5. Existe um programa por parte sobre a educação e poluição ambiental?
6. Já houve conflito de instalação de estabelecimentos turísticos na região, nas áreas consideradas protegidas de espécies? E como é saneado muitas das vezes?
7. Qual é o órgão responsável na região que fiscaliza a atividade turística de forma desordenada e insustentável?
8. A comunidade local tem recebido apoio dos proprietários dos estabelecimentos turísticos? Quais? Em termos da educação e saúde teve uma construção deste gênero de caráter social?

Apêndice F - Portos de Bolama Bijagós



Fonte: Imagens cedidas nos arquivos eletrônicos, 2017.

Apêndice G - Tarrafe nos Bijagós



Fonte imagens captadas pelo autor, 2017.

Apêndice H - Canoas pequenas embarcações que os Bijagós usam para a pesca artesanal.



Fonte: Imagens elaboradas pelo autor, em 2017.

Apêndice: I- Prática d pesca desportiva nos Bijagós



Fonte: Imagens dos arquivos da Tininguena, 2017.

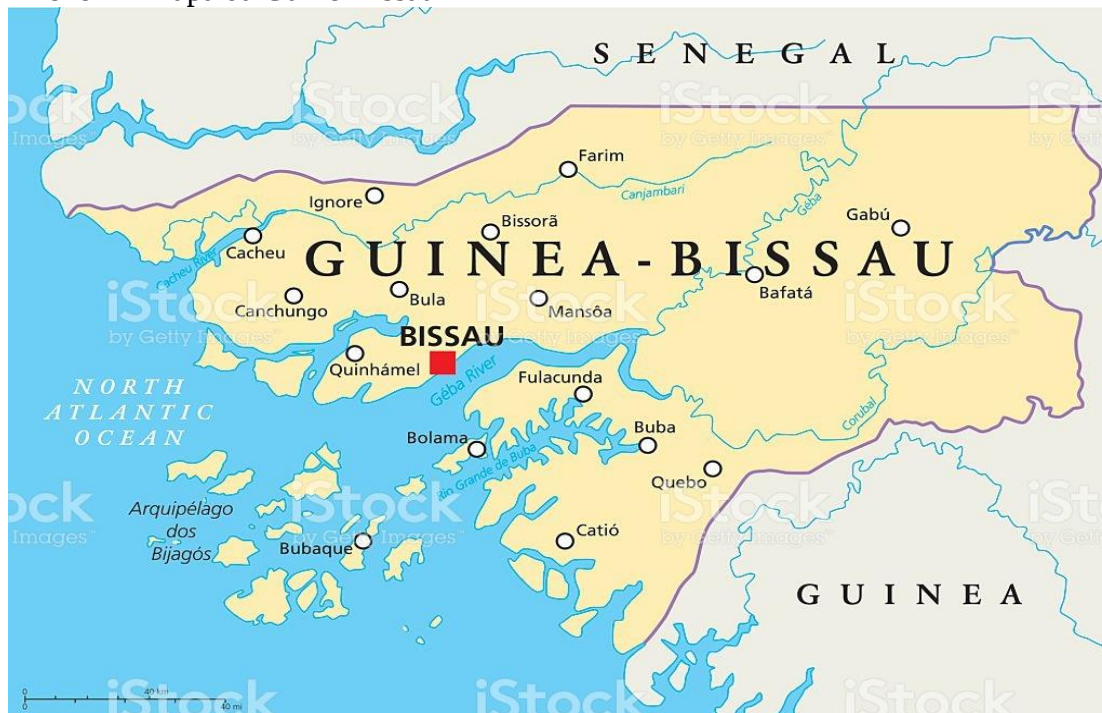
Apêndice J - Praias de Bolama Bijagós



Fonte: Imagens captadas pelo autor, em 2017.

ANEXOS

Anexo 1 - Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: Instituto de estatística e censo da Guiné-Bissau (INEC-GB, 2017).

Anexo 2 - Mapa de Bolama Bijagós



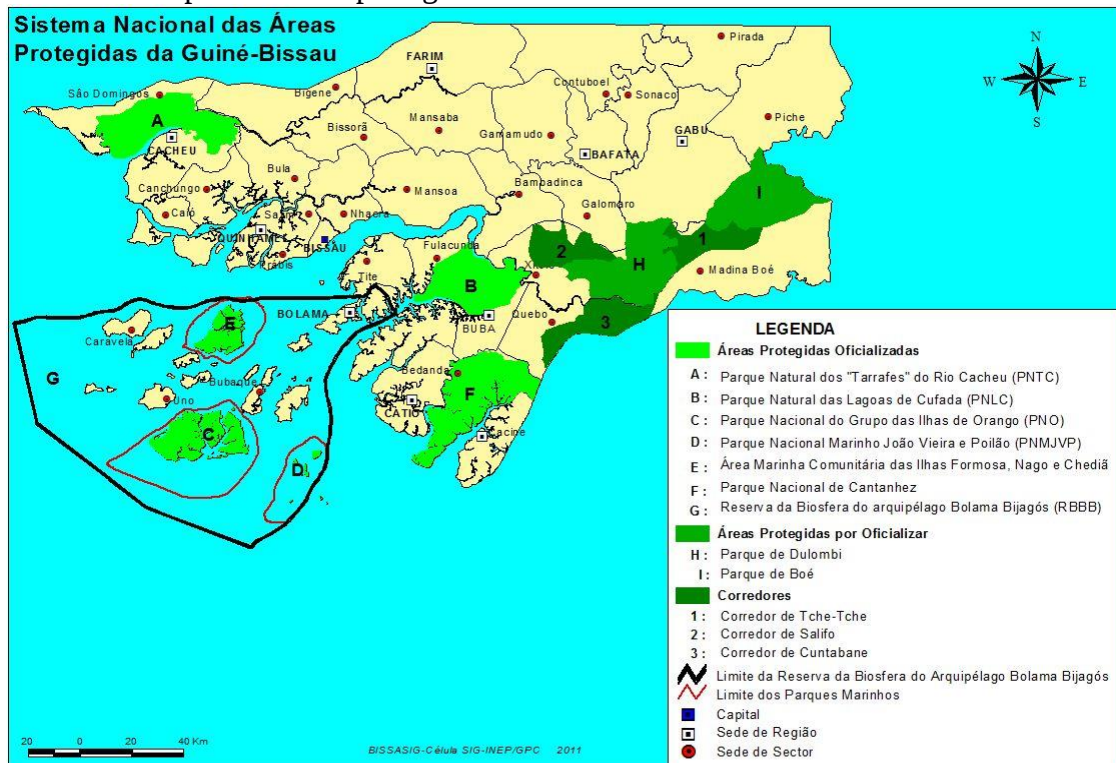
Fonte: (INEC-GB, 2017).

Anexo 3 - Bolama Bijagós imagens aérea



Fonte: Imagens cedidas dos documentos da (IBAP, 2018).

Anexo 4 - Mapa das Áreas protegidas



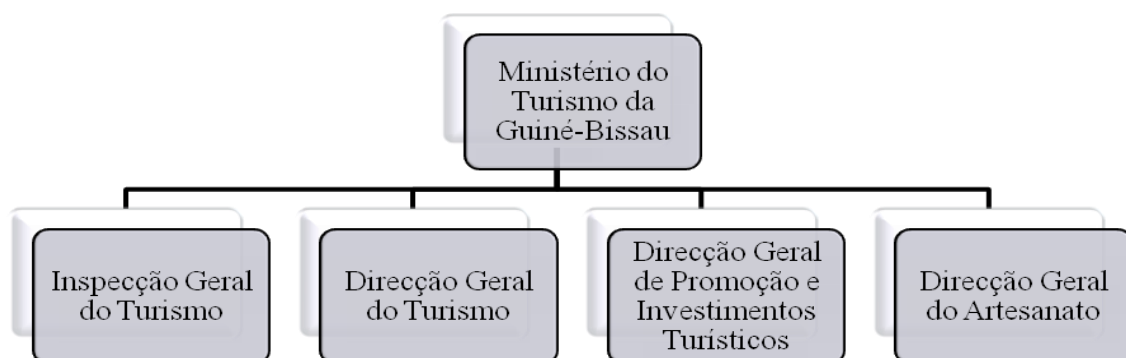
Fonte: (IBAP 2018).

Anexo 5 - Parque do Orango, hipopótamos raros.



Fonte: (IBAP, 2016)

Anexo 06. Organograma do Ministério do Turismo



Fonte: Ministério d Turismo